



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Acre
Gabinete do Superintendente
Serviço de Apoio Administrativo



Relatório de Gestão Exercício de 2011 SFA-AC.

Rio Branco-AC, março de 2012



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Acre
Gabinete do Superintendente
Serviço de Apoio Administrativo



Relatório de Gestão Exercício de 2011.

Relatório de Gestão exercício de 2011 apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade esta obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 123/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientação do Órgão de Controle Interno constantes da Portaria 2546/2010.

Obs: Os quadros de nºs A.2.4 a A.2.7, A.2.9 a A.2.13, A.3.1, A.4.1, A.5.2, A.5.10, A.5.11, A6.1 a A.6.5, A.14.1 a A.14.10 , A.15.4, A.16.1 a A.16.12 do anexo II da DN TCU nº 108, de 2010 , foram suprimidos por nada constar.

Superintendência Federal de Agricultura no Acre,

Rio Branco-AC, março de 2012.

SUMÁRIO

	Fls.
Apresentação	1
Item 1, Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 108, de 2010	5
A.1.1. Identificação	5
Item 2, Parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108, de 2010	8
A.2.1. Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	8
A.2.2. Execução Física das Ações realizadas pela UJ	12
A.2.3. Identificação das Unidades Orçamentárias	49
A.2.4. Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos Originários da UG	49
Item 4, parte “A”, , do Anexo II da DN TCU nº 108, de 2010	50
Item 5 da parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108, de 2010	50
A.5.1. Força de trabalho da UJ em 31.12.2011	50
A.5.2. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ em 31.12.2011	50
A.5.3. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária em 31.12.2011	51
A.5.4. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade em 31.12.2011	51
A.5.5. Composição do Quadro de servidores inativos em 31.12.2011.	51
A.5.6. Composição de Instituidores de pensão em 31.12.2011.2011.	52
A.5.7. Composição do quadro de estagiários	52
A.5.8. Composição do Quadro de Estagiários	52
A.5.9. Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.	53
A.5.10. Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	53
A.5.11. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra.	54
A.5.12. Planejamento operacional	54
A.5.13. Análise Crítica sobre a situação de Recursos Humanos	55
Item 6 da parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 2010	55
Item 7 da parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 2010	56
A.7.1. Modelo de declaração e atualização de dados SIASG e SICONV	56
Item 8 da parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 2010	57
A.8.1. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.	57
Item 9 da parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 2010	57
A.9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ	57
Item 10 da parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 2010	59
A.10.1. Gestão ambiental e licitações sustentáveis	59
Item 11 da parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 2010	61
A.11.1. Distribuição espacial dos bens Imóveis de uso especial de propriedade da união	61
A.11.2. Distribuição espacial dos bens Imóveis de uso especial de propriedade da união locados de terceiros.	61
A.11.3. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ.	61
Item 12 da parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 2010	62
A.12.1. Gestão da Tecnologia da Informação da UJ.	62
Item 13 da parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 2010	63
A.13.1. Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e portador	63
A.13.2. Despesa com Cartão de Crédito Corporativo série histórica	63
Item 15 da parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 2010	63
A.15.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	63

A.15.2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	66
A.15.3. Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	66
Item 1 da parte “B”, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 2010	69
B.1.1. Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ.	69

A.1.1. -Identificação da UG .

Poder e Órgão de vinculação.

Poder: Executivo

Órgão de vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação : Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC.

Denominação abreviada: SFA-AC.

Código SIAFI: 130088

Código SIORG: 002798

Código LOA: 22101

Código CNAE: 8413-2/00

Situação: Ativa

Natureza Jurídica: Órgão público

Principal atividade: Agricultura.

Telefones: (68) 3212 – 1300 Fax: (68) 3212 – 1313 / 3212-1318 .

Endereço eletrônico: E-MAIL: sfa-ac@agricultura.gov.br

Página na Internet: www.agricultura.gov.br

Endereço postal: Rodovia Ac 40, Nº 793–Cep 69901-180–Rio Branco-AC

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normativos de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada. Decreto Imperial nº 1067 de 28/07/1860, Decreto nº 1142 de 02/11/1892, Decreto nº 19448 de 03/12/1930, Medida Provisória nº 150 de 15/03/1990, Lei nº 8.028 de 12/04/1990, Medida Provisória 2216-37 de 31/08/2001, Medida Provisória 103 de 01/01/2003, depois convertida na Lei 10.683 de 28 de maio de 2003.

Código da Gestão no SIAFI: 000001 Tesouro Nacional

CNPJ: 00.396.895/0014-40

Responsabilidades Institucionais da Unidade:

Competência.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de cinco secretarias, 27 Superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas vinculadas, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil.

Missão

Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

Secretarias.

Dentre as diversas Secretarias destaca-se a Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, a esta cabe a execução das ações de Estado para prevenção, controle e erradicação de doenças animais e de pragas vegetais.

Superintendências.

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

Defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
Fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;
Assistência técnica e extensão rural;
Infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
Produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
Administração de recursos humanos e de serviços gerais;
Programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
Qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários, e aperfeiçoamento da Gestão da Superintendência.

As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

Compete, ainda às Superintendências Federais a execução de atividades específicas demandadas pela Secretaria Executiva, relacionadas às inerentes competências de ouvidoria e de corregedoria.

A organização da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre, foi alterada em 2010, pela Portaria Ministerial nº 428 de 09.06.2010, ficando assim estruturada:

Unidades de Assistência Direta:

Superintendente,

Unidades de Apoio Operacional:

Serviço de Apoio Administrativo – SAD/SFA; e

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA/SFA;

Seção de Apoio Operacional - SeAO;

Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA
Seção de Execução Orçamentária e Financeira- SEOF/DAS/SFA
Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/SFA
Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAD/SFA
Setor de Compras e Contratos – SCC/DAS/SFA
Núcleo de Manutenção Predial – NMAP/SAG/SAD/SFA
Núcleo de Protocolo – NPR/SAD/SFA
Núcleo de Transporte – NTR/SAD/SFA

Unidades de Execução Finalística:

Unidades Centrais:

Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA-AC;
Serviço de Inspeção, Saúde e Fiscalização Vegetal- SIFISV/DDA/SFA;
Serviço de Inspeção, Saúde e Fiscalização animal – SIFISA/DDA/SFA.

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA
Seção de Suporte Agropecuário – SeSAG/DPDAG/SFA

Unidades Descentralizadas:

Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-Epitaciolândia/VIGIAGRO-AC;
Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-Assis Brasil/VIGIAGRO-AC;

Objetivos da Gestão estratégica.

A Gestão Estratégica concilia as políticas públicas com as demandas do agronegócio para melhorar a competitividade do setor. Seu papel é oferecer condições para que o Brasil alcance e consolide a posição de líder mundial do agronegócio, atendendo, paralelamente, às necessidades e exigências do mercado interno e a segurança alimentar da população brasileira. Para alcançar esses objetivos são elaborados estudos e levantamentos que consideram a dinâmica e as perspectivas de crescimento do agronegócio no mercado internacional. São definidas, então, as metas a serem alcançadas dentro de um período determinado de tempo. As projeções atuais refletem as tendências de produção, consumo e comércio exterior para produtos agropecuários em um horizonte de 11 anos (2008-2009 a 2018-2019).

Entre as metas estabelecidas para 2015 está a busca da excelência administrativa, garantindo maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio e o fortalecimento e harmonização do setor, coordenando e promovendo a igualdade entre os atores envolvidos. Os objetivos estratégicos, que compõe o Plano Estratégico do Ministério, incluem ainda, a garantia da segurança alimentar do povo brasileiro; a ampliação da participação da agro energia na matriz energética do país; o aumento da produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos; e a atuação no sentido de impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

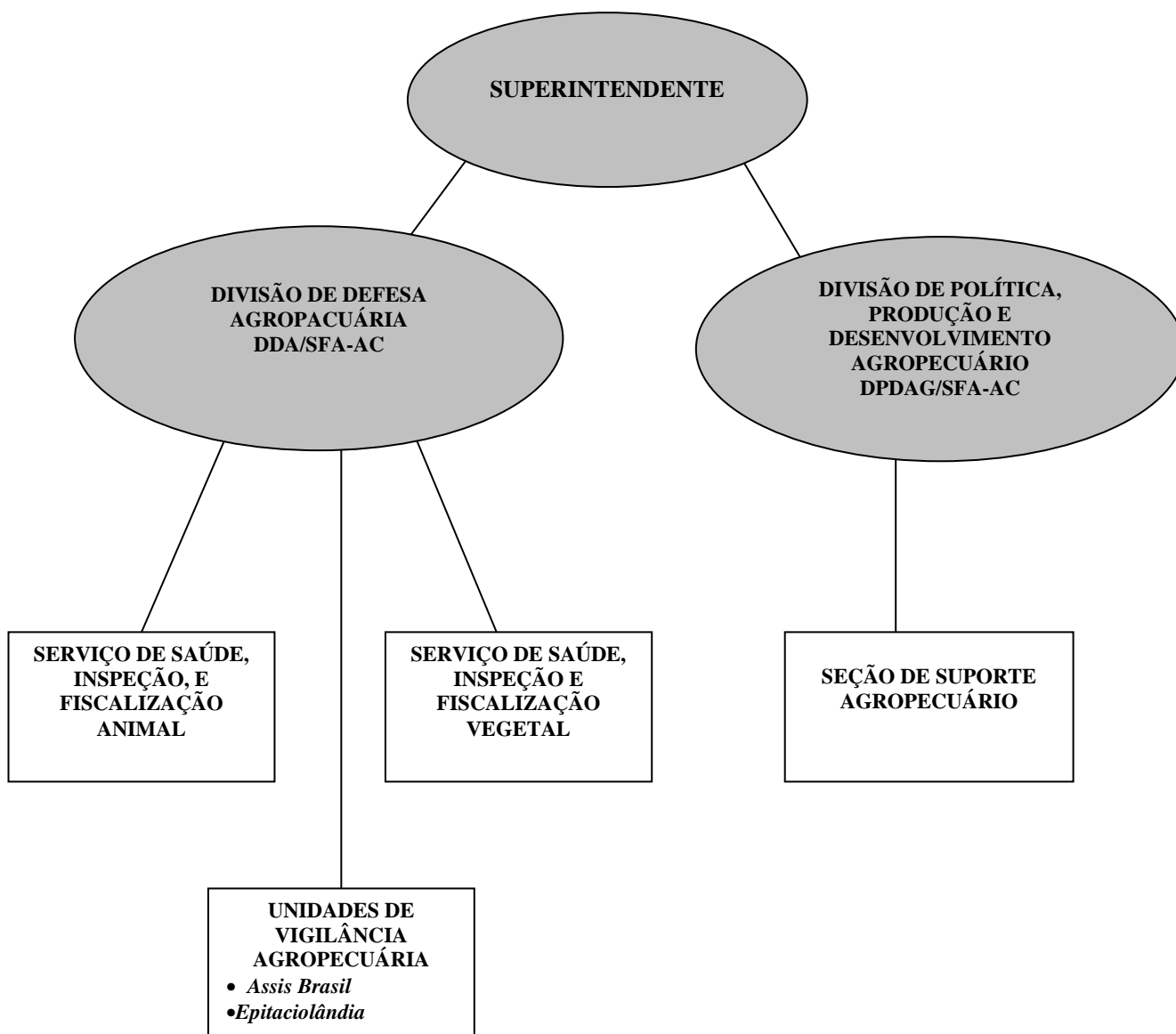
As atividades e ações da Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Acre, muitas vezes, passam despercebidas pela sociedade. Contudo, a falta dos recursos financeiros repassados ao Estado e Municípios e dos serviços prestados pelo MAPA causaria sérios impactos diretos e indiretos na vida da população, que somente seriam sentidos ao longo do tempo.

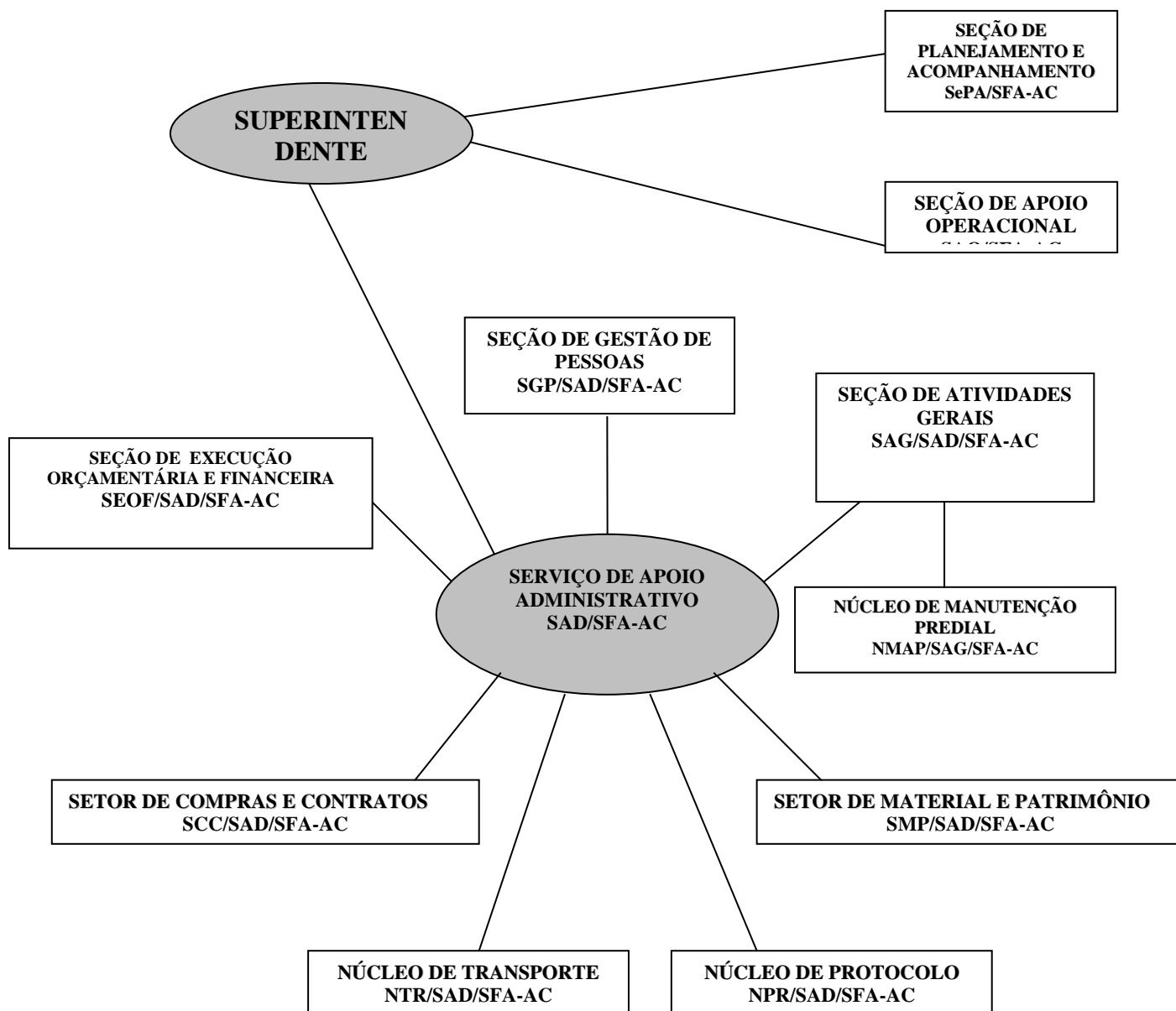
As políticas de desenvolvimento adequadas disponibilizam fomento e capacitação para produtores e técnicos. Com o repasse financeiro firmado nos convênios com o Estado

do Acre e com a grande maioria dos municípios acreanos é possível garantir a qualidade dos rebanhos bovinos, bem como estimular o mercado da produção orgânica, proporcionando à população frutas, verduras, raízes e outras partes de vegetais mais saudáveis.

Por fim, os esforços despendidos pelos servidores administrativos e técnicos para a consecução da finalidade e dos objetivos propostos, por vezes atuando em ambientes insalubres e perigosos, justificam a manutenção e, até mesmo, a ampliação do quadro de servidores, a fim de atender a crescente demanda do setor agropecuário.

Organograma.





ITEM 2 DA PARTE “A”, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

A.2.1. Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0356	
Denominação: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	
Tipo do Programa: FINALÍSTICO	
Objetivo Geral: ASSEGURAR A QUALIDADE E INOCUIDADE DE ALIMENTOS, BEBIDAS E CORRELATOS OFERTADOS AOS CONSUMIDORES.	
Objetivos Específicos: GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR	
Gerente do Programa: FRANCISCO JARDIM	Responsável na UJ: MANOEL DAS DORES MENDES

Público Alvo: PRODUTORES, INDÚSTRIAS, CEREALISTAS, ARMAZENISTAS, ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, BOLSAS DE MERCADORIAS E CONSUMIDORES

2. Objetivos e metas (físicas e financeiras) institucionais e/ou programáticas, previstas na Lei Orçamentária Anual e registradas no SIPLAN, quando houver, e das ações administrativas (projetos/atividades) contidas no plano de ação, informando:

Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0356					Em R\$ 1,00	
I – PADCLASSIF						
II – IPVEGETAL						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
I –	14.762,78	14.762,78	9.022,82	9.022,82	480	9.022,82
II –	12.903,01	12.903,01	10.990,99	10.990,99	183,45	10.990,99
Informações sobre os resultados alcançados						
I – PADCLASSIF						
II – IPVEGETAL						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
I – 1	Produto fiscalizado	2011	300 ton	239 ton	100 %	79,67 %
I – 2	Amostras em conformidade	2011	239 ton	219 ton	100 %	91,63 %
I – 3	Análise de micotoxina	2011	26 ton	26 ton	100 %	100 %
II – 1	Estabelecimento inspecionado	2011	100%	61,11%	100%	61,11%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
<u>PARA O PI PADCLASSIF</u>						
(I – 1) PRODUTO FISCALIZADO						
Quantidade realizada de produto fiscalizado (QRPF) = 239 ton						
Quantidade programada de produto fiscalizado (QPPF) = 300 ton						
Fórmula de cálculo = (QRPF) / (QPPF) * 100 → 239 / 300 * 100 = 79,67 %						
(I – 2) AMOSTRAS EM CONFORMIDADE						
Quantidade de produto fiscalizado (QPF) = 239 ton						
Quantidade de produto em conformidade (QPC) = 219 ton						
Fórmula de cálculo = (QPC) / (QPF) * 100 → 219 / 239 * 100 = 91,63%						
(I – 3) ANÁLISE DE MICOTOXINA						
Quantidade de produto fiscalizado (QPF) = 26 ton						
Quantidade de produto em conformidade (QPC) = 26 ton						
Fórmula de cálculo = (QPC) / (QPF) * 100 → 219 / 239 * 100 = 100%						
<u>PARA O PI IPVEGETAL</u>						
(II – 1) ESTABELECIMENTO INSPECIONADO						
Número de fiscalizações executadas (NFE) = 22						
Número de Fiscalizações programadas (NFP) = 36						
Fórmula de cálculo : (NFE) / (NFP) * 100 → 22 / 36 * 100 = 61,11%						
Análise do Resultado Alcançado						
PADCLASSIF: Os resultados de produto fiscalizado e amostras em conformidade foram para os produtos importados do Peru (alho e cebola). Para a análise de micotoxina o produto amostrado foi para o produto castanha-do-brasil, para o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC).						
IPVEGETAL: O resultado alcançado foi inferior ao esperado em 38,89%.						
Fonte: Termos de Fiscalização e SIPLAN.						

Análise Crítica

Existia em 2011 uma dificuldade na execução das atividades pertinentes aos PIs PADCLASSIF e IPVEGETAL, que é o número reduzido de fiscais e de técnicos de apoio à fiscalização, falta de qualificação, de treinamentos e participação em forças-tarefas.

Outra dificuldade enfrentada é que na Unidade de Vigilância Agropecuária de Epitaciolândia (UVAGRO), não há fiscal para a área vegetal. Isso fez com que todos os engenheiros agrônomos lotados na sede (Rio Branco), se deslocassem até o município de Epitaciolândia numa escala de prestação de serviços naquela unidade a cada 45 dias, aproximadamente. Cada fiscal fica na Unidade por quatro dias.

Cada PI da área vegetal do SIFISV/SFA-AC é de responsabilidade de um fiscal federal agropecuário, tanto para gerenciamento dos recursos quanto da execução de suas atividades.

PADCLASSIF: Para a área de classificação, a SFA-AC ainda não pode instalar o laboratório de classificação, apesar dos equipamentos existentes, devido a não instalação de ar condicionados nas salas do laboratório. Esse problema advém do corte de recursos da união para esta SFA.

Apesar disso, foram efetuadas todas as classificações solicitadas no processo de importação de alho e cebola oriundos do Peru. Porém, uma preocupação dos técnicos é que com os cortes de recursos, vários cursos de capacitação nesta área foram cancelados, e no quadro desta SFA, apenas um técnico está habilitado para classificação de diversas hortaliças e frutas.

Todas as amostras programadas para o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes da castanha-do-brasil foram feitas e as análises apresentaram resultados satisfatórios para o produto.

IPVEGETAL: Algumas dificuldades foram encontradas na realização das atividades pertinentes a área da bebida, dentre elas citamos a questão do envio de amostras para análise fiscal, principalmente quando o produto tratou-se de polpa de frutas. As amostras de polpas de frutas, enviadas ao laboratório (LANAGRO/PA) chegaram sem condições de análise, uma vez que o envio foi via correio, na modalidade SEDEX. Então, optamos assim por não mais enviar, evitando gastos indevidos, já que sabemos que as amostras irão sempre chegar descongeladas, utilizando esse procedimento. Assim sendo, apesar destas limitações, intensificamos a inspeção na produção.

Outra dificuldade De acordo com orientações da Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas (CGVB), para cada fiscalização, é necessário a presença de pelo menos 2 fiscais.

Também, outros fatores que contribuíram com este índice foram despendidos com a resolução de questões administrativas e de processos administrativos decorrentes de atuações.

Nos meses de abril e maio de 2011, a execução da meta também ficou prejudicada pelo fato do FFA, responsável pelo PI, ter se encontrado em licença para tratamento de saúde.

Uma atividade que demanda tempo considerável dos técnicos é o atendimento ao público. Muitas vezes, os clientes vêm ao SIFISV-BEBIDAS para esclarecer dúvidas quanto ao registro de estabelecimento e de produtos. Assim sendo, como no MAPA não há cobrança de taxas administrativas de registros, boa parte das empresas registram produtos sem efetivamente produzir posteriormente.

(Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Plano Interno/Ação Código 4746	Padronização e Classificação de Produtos Vegetais – PADCLASSIF
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	81742 – Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV / DIPOV
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA/AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Fábio Florêncio Fernandes
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Hiromi Suzana Y. S. Sant’Anna
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 6.268, de 22/11/2007 que regulamenta a Lei no 9.972, de 25/05/2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências; Lei nº 8.171 de 1991, regulamentada pelos arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741 de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

Plano Interno/Ação Código 8939	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL 2
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, Monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas, celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais

	entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	81741 - Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB / DIPOV
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Helder Moreira Borges
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Marcelo Yuji Inoue
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 8.918 de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 6.871, de 04/06/2009, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a produção e a fiscalização de bebidas; Lei nº 7.678 de 1988, regulamentada pelo Decreto nº 99.066 de 1990, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho e da uva; Lei nº 8.171 de 1991, regulamentada pelos arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741 de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ									
I – PADCLASSIF									
II – IPVEGETAL									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
I – 20	603	0356	4746	A	3	Produto fiscalizado (ton.)	300 (ton.)	239 (ton.)	300 (ton.)
II – 20	603	0356	8939	A	3	Estabelecimento inspecionado (und)	36	22	12

Fonte: LOA, POA, SIPLAN

Análise Crítica

A meta estabelecida no PI PADCLASSIF para o ano de 2011, alcançou cerca 80% do proposto para a quantidade de “Produto Fiscalizado”. Para a meta “Amostras em Conformidade”, o índice foi de 91,63%. Esse índice foi obtido da classificação da cebola e do alho importados do Peru. E, a última meta proposta faz parte do Programa Nacional de Controle Resíduos e Contaminantes “Análise de Micotoxinas” para o produto castanha-do-brasil, cujo índice foi de 100%.

A meta proposta para o ano de 2011 no SIPLAN, “Estabelecimento Inspecionado”, para o PI IPVEGETAL, foi inferior em 38,89 % do índice estabelecido.

Em decorrência do contingenciamento na execução orçamentária do Programa de Governo, algumas dificuldades foram encontradas na realização das atividades pertinentes a área da bebida e também de classificação, dentre elas citamos: a diminuição de fiscalização no interior, tendo em vista que envolvem despesas com diárias, passagens e combustível. Outra questão é a falta de treinamentos, onde não foi realizada nenhuma atualização nas áreas citadas e capacitação em serviço através de forças-tarefas.

Execução Financeira dos PIs				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
I – PADCLASSIF				
339014	5.584,00	5.584,00	4.926,32	88,22
339030	300,00	300,00	300,00	100,00
339033	878,78	878,78	-	-
339039	8.000,00	8.000,00	3.796,50	47,46
II – IPVEGETAL				
339014	2.942,10	2.942,10	1.432,80	48,70
339030	4.460,91	4.460,91	4.460,91	100,00
339039	5.500,00	5.500,00	5.097,28	100,00

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

A.2.1. Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0357					
Denominação: SEGURANÇA E SANIDADE NA AGROPECUÁRIA					
Tipo do Programa: FINALÍSTICO					
Objetivo Geral: IMPEDIR A ENTRADA E ERRADICAR A MOSCA DA CARAMBOLA					
Objetivos Específicos: MINIMIZAR O RISCO DE INTRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PRAGAS E DOENÇAS QUE AFETAM A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS DE PADRÕES FITOZOSSANITÁRIOS DOS MERCADOS INTERNOS E EXTERNOS.					
Gerente do Programa: FRANCISCO JARDIM Responsável na UJ: MANOEL DAS DORES MENDES					
Público Alvo: PRODUTORES, CONSUMIDORES, EXPORTADORES, IMPORTADORES, TRANSPORTADORES, INCLUSIVE PASSAGEIROS, ARMAZENADORES E DEMAIS INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA DE FRUTAS					
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa 0375					
I – ERRADMOSCA II – PCEVEGETAL III – VIGIFITO					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
I – 11.354,26	11.354,26	10.151,61	10.151,61	0	10.151,61
II – 373.065,90	373.065,90	370.535,72	370.535,72	0	370.535,72
III – 119.817,26	119.817,26	117.449,09	117.449,09	0	117.449,09

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1426	Denominação: Conservação, manejo e uso Sustentável da Agro biodiversidade
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da Agro biodiversidade, visando à segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.	
Objetivos Específicos: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Gerente do Programa:	Responsável na UJ:

Público Alvo: Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de Pessoas beneficiadas
	Número de palestras realizadas
	Número de reuniões realizadas

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
	20.272	20.261	20.261		20.261

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de pessoas beneficiadas	Março/dez/ 2011	2.000	3.199	2.000	160%
2	Nº de palestras realizadas	Maio/dez	02	06	02	300%

Fórmula de Cálculo do Índice: (nº de beneficiados/nº previsto beneficiado) X 100

Fórmula de Cálculo do Índice: (nº de palestra realizada/nº palestra programada) X 100

Texto: Avaliando os resultados das ações, mesmo com contingenciamento de recursos verificamos que nossa meta foi atingida com sucesso, haja vista que nosso maior objetivo e fomentar a agricultura orgânica no estado através de capacitações de produtores, técnicos e população de modo geral. Promovendo e preservando o meio ambiente e produzindo alimentos que melhorem a saúde do homem.

Foram cadastrados 51 produtores que participam da venda direta vinculada a Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia – ACS-Amazônia (organismo de controle social), pertencentes às comunidades: Projeto de Assentamento Moreno Maia, Pólo Agroflorestal Wilson Pinheiro, Pólo Agroflorestal Benfica, Produtores Ecológicos do Humaitá e Projeto RECA/RO.

Atualmente, o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes beneficiou 295 agricultores com aproximadamente 75 hectares de áreas plantadas nos seguintes municípios: Rio Branco, Bujari, Sena Madureira, Acrelândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Xapuri e Assis Brasil/AC .

Número de pessoas beneficiadas de março a dezembro de 2011, índice inicial 2000, índice final 3.199, índice previsto no exercício 2000, índice atingido, portanto é de 160%. Número de palestras realizadas entre maio e dezembro de 2011 índices iniciais 02 índice final 06 índice previsto no exercício 02 índice atingido foi de 300%; a fórmula usada para calcularmos os índices de beneficiados foi esta: número de beneficiados, dividido pelo previsto beneficiado multiplicado por cem. E para calcularmos o índice de palestras

realizadas no período utilizamos a fórmula número de palestras realizadas dividido pelo número de palestras programadas multiplicadas por cem.

Indicadores de desempenho-Eficácia

Índice de indivíduos beneficiados. – Eficácia.

Programado: 2.000 indivíduos beneficiados

Realizado: 3.194 indivíduos beneficiados

Fórmula para cálculo de eficácia:

(Realizado / Programado) x 100 = **160%**

Responsável pelo cálculo: Maria do Carmo de Oliveira Brilhante Aguiar.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	Normalização e qualidade	1426	8606	A	4	Unidade	2.000	3.194,0	1000
20	-	1426	4720	A	4	Unidade	-	01	02

Plano Interno/Ação Código 8606	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – DESENGORG
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere à geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada ao seu empreendimento.
Descrição	Implementação de projetos de acordo com as prioridades definidas para cada unidade da federação pelas Comissões da Produção Orgânica de cada UF e em consonância com as prioridades estabelecidas com os demais parceiros. Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SeSAG/DPDAG/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Rogério Pereira Dias
Coordenador da Ação Estadual – CAE	Augusto Jorge Simões e Silva - CAE
Coordenador Executivo da Ação Estadual – CEAE	Gregory Santiago de Souza – CAE Executivo
Responsável Técnico pela Ação/PI	Augusto Jorge Simões e Silva - CAE Gregory Santiago de Souza – CAE Executivo

Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 10.831 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 64 de dezembro de 2008.
--	---

Execução das Metas Físicas Programadas.

Durante o exercício de 2011 foi realizadas 28 atendimentos ao público externo que nos procurou para maiores esclarecimento sobre agricultura orgânica, 2 (duas) reuniões da Comissão da Produção Orgânica do Estado do Acre – CPOrg-AC no auditório da SFA-AC, 4 reuniões técnicas na Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF dos municípios: Plácido de Castro, Capixaba e Porto Acre e uma reunião técnica Gerencial do Programa Bancos Comunitário de Adubos Verdes com agricultores e técnicos beneficiário do programa, 4 cursos de horticultura orgânica na Associação Santa Rosa e Associação São Felix no município de Assis Brasil, Associação APROCAMP no município de Plácido de Castro e no ramal do Lauriano no município de Sena Madureira, 29 visitas técnicas de acompanhamento do Programa Banco Comunitários de Sementes de Adubos Verdes em várias Associações de produtores rurais dos municípios: Rio Branco, Xapuri, Acrelândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Bujari, Assis Brasil e Sena Madureira, 6 palestras de agricultura orgânica das quais 3 no município de Epitaciolândia nas Escolas: Luiz Gonzaga da Rocha, escola Presidente Castelo Branco e escola Santa Terezinha e 3 no município de Rio Branco nas Escolas: Gloria Perez e 2 na escola Leôncio de Carvalho, participação dos técnicos do SeSAG no encontro nacional do setor produtivo aos mecanismos de controle de garantia da qualidade orgânica em Brasília, realização da VII semana dos alimentos orgânicos, participação dos técnicos da SFA/AC na feira agropecuária e 2 oficinas de capacitação em Plano de Manejo Orgânico uma Rio Branco no auditório da SFA e outro no Projeto RECA/RO.

Comparativo das principais Metas Físicas PI DESENGORG

Metas Físicas	Unidade de Medida	2009	2010	2011
Palestras realizadas	Número de palestras	04	03	06
Visitas técnicas	Número de visitas	14	26	29
Capacitações em Agricultura Orgânica/Horticultura, palestras, visitas técnicas etc.	Número de pessoas beneficiadas	177	703	522
Semana dos Alimentos Orgânicos	Número de pessoas beneficiadas: produtores, estudantes, escolas e outros.	3.000	725	830
Feira Agropecuária	Número de pessoas Beneficiadas	1.415	502	1.842
Produtores beneficiados com declaração de cadastro de produtor orgânico	Número de produtores beneficiados	-	-	51

Execução Financeira PI DESENGORG

Execução Financeira /DESENGORG				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	-	12.317,80	12.306,40	100
339039	-	7.955,00	7.955,00	100

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

Comparativo das principais Metas Financeiras PI DESENGORG

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF**			Executado pelo CAE*		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
339014	10.382,76	16.783,00	12.317,80	10.382,76	16.265,62	12.317,80
339030	1.266,50	658,00	0	1.266,50	-	0
339033	3.553,12	-	0	3.553,12	-	0
339036	1.252,00	885,00	0	1.252,00	-	0
339039	3.650,00	-	7.955,00	3.650,00	-	7.955,00

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Avaliação descritiva dos resultados

O objetivo do MAPA no que concerne a agroecologia é o fomento. Observando os resultados alcançados em relação às demandas existentes, podemos considerar como bom o desempenho do DPDAG no ano de 2011.

Descrição das medidas a implementar:

Organização de capacitações para a equipe do DPDAG bem como às equipes de instituições parceiras que atuam nas áreas de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas

SeSAG/DPDAG//SFA-AC.

Código 2B17	Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Acompanhar a execução de obras e serviços, bem como aquisição de máquinas e equipamentos, oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição.	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Infra-Estrutura Rural – CIER / DIEL – DAS.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SEPDAG/DT/SFA-AC

Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Mauro Vaz de Mello
Coordenador de Ação Estadual – CAE.	
Responsável Técnico pela Ação/PI.	Gregory Santiago de Souza
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Portaria nº 367, de 31 de agosto de 2005; Acórdão TCU nº 2.285, de 2005 - Primeira Câmara; Instrução Normativa/STN nº 01, de 1997; Lei nº 8.666, de 1993.

Resultados alcançados

Em 10/06/2011 foi realizada fiscalização do contrato de repasse número 260.752-80/2008, da Prefeitura Municipal de Plácido de Castro e cujo objeto trata da Aquisição de pá carregadeira, escavadeira hidráulica, mini carregadeira.

Durante a vistoria foram constatados os seguintes equipamentos que compõem o objeto deste contrato:

- 01 pá carregadeira KOMATSU
- 01 escavadeira hidráulica NEW HOLLAND
- 01 mini carregadeira com cabine XCMG

Em 10/06/2011 foi realizada fiscalização do contrato de repasse número 260.739-06/2008, da Prefeitura Municipal de Acrelândia e cujo objeto trata da Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.

Durante a vistoria foram constatados os seguintes equipamentos que compõem o objeto deste contrato:

- 01 moto niveladora - NEW HOLLAND – FIAT GROUP
- 01 caminhão 115cv - AGRALE 6000 D- 01 carroceria de madeira

Em 14/06/2011 foi realizada fiscalização do contrato de repasse número 260.740-34/2008, da Prefeitura Municipal de Acrelândia e cujo objeto trata da Aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

Durante a vistoria foram constatados os seguintes equipamentos que compõem o objeto deste contrato:

- 01 trator agrícola de pneus - NEW HOLLAND
- 01 trator agrícola - URSUS
- 01 Grade Niveladora - GNPCR
- 01 Carreta - Vencedora MACTRON

Em 12/09/2011 foi realizada fiscalização do contrato de repasse número 307.765-44/2009, da Prefeitura Municipal de Acrelândia e cujo objeto trata da Aquisição de caminhão pipa.

Durante a vistoria foi constatado caminhão pipa utilizado recuperação de estradas vicinais, através do molhamento da superfície da estrada vicinal para melhor compactação.

Em 11/10/2011 foi realizada fiscalização do contrato de repasse número 239.423-58/2007, da Prefeitura Municipal de Porto Acre e cujo objeto trata da Construção do Mercado Municipal na Vila do “V” com 304,58m² no Município de Porto Acre.

Durante a vistoria foi constatado o mercado municipal com sua obra concluída conforme Plano de Trabalho apresentado à SFA-AC.

Também em 11/10/2011 foi realizada fiscalização do contrato de repasse número 307.772-36/2009, da Prefeitura Municipal de Porto Acre e cujo objeto trata da Aquisição de tratores e grades aradores.

Durante a vistoria foram constatados os seguintes equipamentos que compõem o objeto deste contrato:

- Trator New Holland TT 3840
- Grade aradora Modelo ATCR
- Trator New Holland TL85E
- Grade aradora Modelo ATCR

Observações

Todos os contratos se encontram em situação regular, ou seja, as máquinas, os equipamentos e veículos foram adquiridos bem como as obras concluídas de acordo com Plano de Trabalho apresentado à SFA-AC. Os objetos destes contratos atendem público beneficiário previsto no Plano de Trabalho.

Com relação aos equipamentos que no momento da vistoria não apresentavam identificação através do adesivo MAPA/CAIXA, estes foram adesivados e portanto também se encontram em situação regular.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicia I	Final				
	708	224	224	0	224

Ação Código 2B47	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – 2B47 – INDIGRAF.
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição.	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de cursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3994 - Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG/DEPTA/SDC/MAPA)

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento o ou execução da ação.	DPDAG/SFA-AC
Coordenador a de Ação Nacional – CAN.	Patrícia Saraiva
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Gregory Santiago de Souza
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 9.279/96, Decreto nº 5.351/05; Portaria MAPA nº 85/05, IN MAPA nº 1.305, IN MAPA nº 22/05, Decreto nº 5.741/06, artigo 45º da Lei nº 8.171/91 (Lei Agrícola), Resolução INPI nº 75, de 28/11/2000.

Resultados Alcançados

O incentivo à Indicação Geográfica da farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul e Região é uma atividade que vem sendo desenvolvida desde 2007 pela SFA-AC quando se iniciaram as primeiras reuniões sobre o tema e capacitações de servidores. Em 2008 deram início às reuniões em Cruzeiro do Sul, através da realização do mini-curso, com participação da Coordenação de Incentivo às Indicações Geográficas de Produtos Agropecuários.

Ações em 2011

Em 08 de abril de 2011 recebemos na SFA-AC a visita de representantes de duas Cooperativas de produtores de farinha de mandioca e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul que juntamente com representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia (SEDICT), nos procuraram a fim de nos informarem da criação da Central de Cooperativas de produtores rurais de Cruzeiro do Sul e Região – a Central Juruá.

Em 30 de maio de 2011 realizamos reunião na SFA-AC com participação da pesquisadora da Embrapa-AC, duas historiadoras da empresa Cult Consultoria, e a equipe da DPDAG/SFA-AC. Durante a reunião foram discutidos alguns pontos referentes ao estudo histórico referente à IG Farinha de Mandioca de Cruzeiro do Sul.

Em 27 de julho de 2011, em ocasião da Feira de Exposição Agropecuária – Expoacre, foi realizada uma reunião na SFA-AC com representantes da Central de Cooperativas, criada em 04/05/2011 conforme estatuto. Esta reunião contou com a participação da representante da SEDICT, Hérica Dantas. Esta técnica atua como representante do INPI no estado o Acre.

Durante esta reunião, foram obtidos avanços com relação ao processo de elaboração dos documentos necessários para registro da IG, representando a primeira manifestação da Central de Cooperativas após sua criação. Foi também agendada a realização de Oficina para elaboração do regulamento de uso e outros documentos em outubro de 2011;

Em 20 de outubro de 2011, em ocasião da Semana Nacional de Tecnologia, foi realizado em Cruzeiro do Sul uma Oficina para Elaboração do Regulamento de Uso com participação de representantes da Central Juruá, SEDICT, EMBRAPA, e SFA-AC. Durante a Oficina foi elaborado Regulamento de Uso o qual foi assinado por todos os presentes.

Também no dia 20 de outubro de 2011 foi realizada uma reunião com representantes do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural da Fundação Elias Mansour (DPHC/FEM) e Universidade Federal do Acre – Campus Floresta. Durante a reunião foram decididas metas sobre a realização do estudo histórico da IG Farinha de Mandioca de Cruzeiro do Sul e Região, com apoio destas instituições.

Perspectivas para 2012

Para o ano de 2012 pretendemos concluir a elaboração dos documentos necessários para a obtenção da IG e encaminhar para o INPI objetivando o registro da IG Farinha de Mandioca de Cruzeiro do Sul.

A elaboração de termo de cooperação técnica entre SFA-AC, Embrapa, SEDICT, DPHA/FEM e UFAC-Campus Floresta, será de grande importância para a conclusão desta etapa das ações de incentivo à IG e, principalmente, para a manutenção do registro, uma vez que estas instituições irão compor o Conselho Regulador da IG.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1717	1717	1717	1414	0	1414

Plano Interno/Ação Código 4720	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica - CERTORGAN 1
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere à geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada ao seu empreendimento.
Descrição.	Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. Para a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica serão realizados: o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos no âmbito do Ministério da Agricultura, tais como alimentos, bebidas e insumos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados.
Unidade Responsável	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou	SeSAG/DPDAG/SFA-AC

execução da ação.	
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Rogério Pereira Dias
Coordenador da Ação Estadual – CAE	Augusto Jorge Simões e Silva
Coordenador Executivo da Ação Estadual–CEAE	Gregory Santiago de Souza
Responsável Técnico pela Ação/PI	Augusto Jorge Simões e Silva – CAE Gregory Santiago de Souza – CAE Executivo
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 10.831 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 64 de dezembro de 2008.

Execução das Metas Físicas PI CERTORGAN

No mês de novembro de 2011 foi realizado um treinamento em fiscalização da produção orgânica, em Brasília.

Execução das Metas Financeiras PI CERTORGAN

Execução Financeira / CERTORGAN				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	-	4.200,00	3.915,25	95
339033	-	5.508,00	3.531,67	88

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Avaliação descritiva dos resultados

As novas normas referentes à aplicação dos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica vêm sendo tratadas durante as Reuniões da Comissão da Produção Orgânica CPOrg/AC. Porém para que os representantes desta Comissão, responsáveis pela promoção do segmento, possam estar bem preparados para atuarem na Garantia da Qualidade Orgânica, se faz necessário a realização de Oficinas voltadas para um melhor entendimento do papel da CPOrg neste processo e participação dos técnicos em encontro nacional do setor produtivo aos mecanismos de controle de garantia da qualidade orgânica.

Descrição das medidas a implementar:

Organização de Oficinas para os membros da CPOrg/AC voltadas ao esclarecimento das novas normas referentes aos Mecanismos de Controle da Qualidade Orgânica e da Certificação da Produção Orgânica no Estado do Acre.

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas

SeSAG/DPDAG/SFA-AC.

A.2.1. Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA:0357	Denominação:Segurança da Sanidade na Agropecuária
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral:Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.	
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar	
Gerente do Programa: SDA	Responsável na UJ: Coordenação Geral Vigiagro
Público Alvo:Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.	

Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.

a) UVAGRO Epitaciolândia faz fronteira com Cobija na Bolívia.

Em face da Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO Assis Brasil não dispor de Fiscais Federais Agropecuários naquele município, os procedimentos aduaneiros de exportação e importação de produtos são realizados em Epitaciolândia.

Em 2011 o número de processos referentes à exportação ou importação de mercadorias que transitaram pela Unidade de Vigilância Agropecuária Epitaciolândia, foi de 658, número esse 103,7% superior ao registrado em 2010. Vale destacar que 41% dessas transações ocorrem no período janeiro a abril, em decorrência da exportação de nossa castanha para a Bolívia e Peru.

Essas transações tornam-se mais relevantes, quando se constata que mais de 98% se referem à exportação para a Bolívia de produtos, como arroz, açúcar, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, óleo de soja, frangos congelados, entre outros. A Bolívia exporta por aquele posto aduaneiro para o Brasil, apenas pequenas quantidades de sal para alimentação de bovino e madeira.

A compra de madeira da Bolívia no valor de até R\$ 300,00 por morador, dos Municípios de Epitaciolândia e Brasiléia, por mês, é permitida, desde que se destine à reforma ou ampliação de suas moradias. A UVAGRO e a receita Federal do Brasil adotaram um sistema simplificado de controle dessas operações, mas como o volume de compradores é grande, demanda por conseguinte um tempo considerável da Unidade.

b) UVAGRO Assis Brasil faz fronteira com Iñapari no Peru

Esta Unidade apresenta uma particularidade em relação à de Epitaciolândia, porque passa por Assis Brasil a rodovia Transoceânica, que liga o Brasil ao oceano Pacífico e, como o asfaltamento do trecho Assis Brasil a Porto Maldonado no Peru foi concluído em 2011. Atualmente já existe uma linha de ônibus diária de Porto Maldonado a Rio Branco, registrando-se por esta razão um número significativo de passageiro que utiliza essa linha, além dos taxis e carros particulares. Por esta razão esta Unidade está voltada basicamente para o controle da entrada no país de produtos vegetais e animais, procedentes do Peru.

O volume de produtos vegetais: alho, azeitona, batata, canela, cebola, cenoura, lentilha, kiwi, quina, pimenta do reino, pepino, repolho, tomate, linhaça, limão, folha de coca, sapoti, trigo maçã, ameixa, buriti, fava, feijão, milho, entre outros, apreendidos desses passageiros, no exercício de 2011 foi 1.241 kg. Esse número foi 34,64% superior ao registrado em 2010, fato este atribuído ao aumento de passageiros que passam a utilizar essa nova rodovia.

Com relação aos produtos de origens animais: leite em pó, queijo de coalho, pescado iogurte, carne bovina e outros, o volume apreendido em 2011 foi de apenas 54 kg, como se vê bem inferior aos dos vegetais. Isso pode ser atribuído ao fato dos produtos animais, por serem mais perecíveis, são menos transportados em longas viagens terrestres. Vale salientar que as apreensões em 2011, foram 26,5% inferior em relação ao ano anterior. Esse fato pode ser atribuído à suposição das pessoas, em acharem que os produtos animais são mais fiscalizados do que os vegetais.

Para cada portador de produtos apreendidos, são lavrados termos de apreensão, cujo produtos são destinados à incineração.

Comparativo das principais Metas Financeiras da Área de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus produtos – FISCPLANTA

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
339014	13.598,00		26.850,00	6.824,82		25.518,54
339030	11.000,00		2.800,00	10.926,00		2.800,00
339033	12.902,00		16.050,00	9.402,00		12.517,82
339036	8.000,00		20.700,00	-		17.702,80
339039	10.500,00		2.000,00	10.500,00		800,00
339037	8.000,00		-	8.000,00		-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional tem uma Coordenação Geral no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com representação regimental nas Unidades da Federação através dos Serviços de Gestão do Vigiagro. Com a reestruturação em 2010, dos regimentos das Superintendências, em alguns estados, no caso do Acre, as atividades do VIGIAGRO ficaram a cargo da Divisão de Defesa Agropecuária – DDA. O estado dispõe de duas Unidades de Vigilância Agropecuária Internacional, localizadas em Assis Brasil e Epitaciolândia, as quais funcionam em instalações cedidas pela Receita Federal do Brasil, nas alfândegas dos respectivos municípios.

A situação nas fronteiras de Assis Brasil e Epitaciolândia com relação às demandas nas áreas animal e vegetal apontam para um crescimento significativo após as conclusões da estrada que liga o país ao Oceano Pacífico. Outro fato que contribui para esse crescimento é a criação da Zona de Processamento de Exportação em Rio Branco, que visa facilitar o comércio exterior.

No que se refere à fiscalização do trânsito internacional de pessoas e veículos na aduana de Epitaciolândia, em decorrência da falta de pessoal nos órgãos responsáveis (receita e polícia federal) prejudica consideravelmente a defesa agropecuária. Cabe ressaltar que a fiscalização por parte desses órgãos ocorre normalmente na BR 317 que liga o município a capital do estado. Não há fiscalização rotineira na aduana, bem como nos finais de semana, feriados e durante a noite.

Com o intuito de avaliar os serviços de Defesa Sanitária Animal na região de fronteira, a Uvagro de Epitaciolândia realiza visitas de supervisão nas Unidades de Atenção Veterinária do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF, do estado do Acre, em apoio ao Serviço de Inspeção, Saúde e Fiscalização Animal – SIFISA, da SFA/AC.

Os principais produtos agropecuários brasileiros exportados para a Bolívia (Cobija) são: castanha-do-brasil, óleo de soja, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, açúcar, arroz, entre outros.

A Uvagro Epitaciolândia possui em seu quadro funcional um FFA - Fiscal Federal Agropecuário Médico Veterinário, um Técnico de nível médio Agente de Atividades

Agropecuária e uma estagiária que atendem as demandas apresentadas. Desde o segundo semestre de 2010, não há FFA da área vegetal lotado na Unidade.

Na Uvagro Assis Brasil, as demandas dos usuários do Sistema Vigiagro, são atendidas pelos Fiscais Federais Agropecuários lotados em Etitaciolândia onde os principais produtos de exportação são: castanha-do-brasil e milho.

Nos últimos meses tem-se registrado um fluxo crescente de passageiros com destino ao Peru, em decorrência da recente implantação de uma linha internacional de ônibus, ligando os dois países, com conseqüente aumento na apreensão de produtos de origem animal e vegetal.

Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso.

Ao se analisar o trabalho realizado pela Vigilância Agropecuária Internacional no Estado do Acre temos que levar em consideração a cidade de Cobija que está localizada no Departamento de Pando na Bolívia, que faz fronteira com Etitaciolândia e Brasiléia no Estado do Acre e a fronteira com o Peru, através de Iñapari e Assis Brasil no Acre A ligação com o Peru é mais importante por existir nesse país uma doença do cacau que não existe no Brasil, em face disso a vigilância agropecuária é mais intensa para evitar a entrada dessa doença nos cacauapós as conclusões da estrada Interoceânica sul, que ligará o Acre ao Pacífico.

Os principais produtos de origem vegetal comercializados de acordo com as normas internacionais de fitossanidade são castanha do Brasil, óleo de soja, refrigerantes, bebidas fermentadas e destiladas e arroz. Na área animal, em 2011, houve um incremento na exportação de frangos para a Bolívia, ao passo que o Brasil aumentou a importação de sal para alimentação animal.

Há necessidade de se aumentar o quadro dos servidores das unidades de vigilância agropecuária de Etitaciolândia e Assis Brasil, permitindo-se assim um controle mais efetivo do trânsito de produtos de origens vegetal e animal, procedentes do Peru e Bolívia.

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

As medidas para sanar as adversidades apresentadas no decorrer do percurso dependem em sua maioria de gestões junto à Coordenação Geral do Vigiagro, localizada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Responsáveis:

- Coordenação geral
- Chefes de Unidades

Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno - Eficiência.

O indicador estabelecido pela Coordenação Geral do Vigiagro é a partida inspecionada.

O índice de desempenho é medido em função do número de demandas apresentadas considerando o total de horas trabalhadas durante o período de um ano por cada servidor.

Responsável pelo informação: Alexandre Maximiano.

Comparativo das principais Metas Físicas

Metas Físicas	Unidade de medida	2007	2008	2009	2010
Fiscalização realizada	Fiscalização	197	331	303	458

Comparativo das principais Metas Financeiras da Área de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus produtos- FISCANIMAL

Natureza da Despesa	Executado pelo CAE*			
	2010	2011	2010	2011
339014	10.750,00	5.200,00	7.914,01	4.913,64
339030	2.100,00	1.000,00	2.100,00	1.000,00
339033	4.100,00	2.800,00	3.604,62	2.800,00
339037	12.100,00	23.000,00	12.100,00	21.500,00
339039	4.200,00	1.700,00	4.199,00	1.633,72

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.

- UVAGRO Epitaciolândia, foram realizadas 45 fiscalizações.
- UVAGRO Assis Brasil, foram realizadas 12 fiscalizações.

Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.

O comércio internacional de produtos agropecuários com o vizinho país Peru ainda é inexpressivo/inexistente. As perspectivas de incremento dessa atividade dependem da conclusão da rodovia que permitirá a ligação do Brasil via Assis Brasil até o oceano Pacífico.

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

As medidas para sanar as adversidades apresentadas no decorrer do percurso dependem em sua maioria de gestões junto à Coordenação Geral do Vigiagro, localizada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Responsáveis:

- Coordenação Geral
- Chefes de Unidades

Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.

O indicador estabelecido pela Coordenação Geral do Vigiagro é a partida inspecionada.

O índice de desempenho é medido em função do número de demandas apresentadas considerando o total de horas trabalhadas durante o período de um ano por cada servidor.

Responsável pela informação: Alexandre Maximiano.

- Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores	
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar	
Gerente do Programa: Francisco Ferreira Jardim	Responsável na UJ: Márcia Martins Lopes
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores	

- Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	604	Finalístico	8938	A	3	Unidade	3	3	3

Fonte: LOA 2008-2011; SIPLAN; POA DIPOA 2012

Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0356 / Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL 3					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$	R\$	R\$	R\$		R\$
26.154,91	26.154,91	22.232,61	22.232,61	0	22.232,61

Informações sobre os resultados alcançados - Programa 0356 / Ação 8938 – INSPANIMAL 3						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de estabelecimentos de produção de alimentos com controle sanitário	01/01/2011 a 31/12/2011	3	3	3	3
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório dos estabelecimentos de produção de alimentos com controle sanitário, no ano.						
Análise do Resultado Alcançado						
100% dos estabelecimentos registrados sob o Serviço de Inspeção Federal no estado são inspecionados e possuem controle sanitário.						

Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação

Como mencionado anteriormente, o estado do Acre possui 3 matadouros frigoríficos de bovinos, sendo que os 3 apresentam inspeção permanente através da

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre
Serviço de Apoio Administrativo

27

atuação de fiscais federais agropecuários e médicos veterinários cedidos através de termo de cooperação técnica.

Em relação às supervisões programadas no Plano Operativo Anual foi realizada uma supervisão em estabelecimento registrado e 3 supervisões em estabelecimentos relacionados (casas atacadistas e curture).
 Nos matadouros frigoríficos foram realizadas análises fiscais referentes a amostras de água, sebo e carne bovina resfriada.

Ao longo do ano foram emitidos onze autos de infração, por diversas infringências às normas estabelecidas no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA).

Foram realizadas colheitas de amostras para análise fiscal (água, sebo e carne bovina), bem como colheitas de amostras de tronco encefálico com vistas ao programa de Vigilância para Encefalopatia Espongiforme Bovina.

Ao longo do ano, agentes e médicos veterinários do Serviço de Inspeção participaram de capacitação que abordaram os seguintes temas: programas de autocontrole para matadouros de bovinos e abate humanitário / bem estar animal.

Dados de Abate de Bovinos no estado do Acre

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Bovinos (macho/fêmea)	Cabeça	289.580

* Fonte: SIGSIF

Número de Estabelecimentos sob Inspeção Federal localizados no Estado do Acre

Categoria (carne e derivados)	quantidade
Matadouro frigorífico	03

Resultados da aplicação financeira no exercício

Execução Financeira/ INSPANIMAL3				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	10.401,31	10.401,31	9.788,09	94,1%
339030	120,00	120,00	120,00	100%
339033	12.213,10	9.404,02	9.404,02	77%
339036	-	-	-	-
339039	600,00	600,00	0,00	0%
449052	-	-	-	-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.

A ação prevista no SIPLAN para o PI INSPANIMAL3 é “Estabelecimento Inspeccionado”. No Estado do Acre temos 3 estabelecimentos que têm inspeção federal permanente. Esses estabelecimentos são matadouros frigoríficos de bovinos. O SIF 2951 e o SIF 3297 contam com um Fiscal Federal Agropecuário médico veterinário e um Inspetor

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre

Serviço de Apoio Administrativo

28

médico veterinário oriundo de Cooperação Técnica com o governo do Estado do Acre, e o SIF 4086 conta um Inspetor médico veterinário oriundo de Cooperação Técnica com o governo do Estado do Acre. No ano de 2011 não contamos com nenhum FFA lotado na sede atuando especificamente no PI INSPANIMAL 3. Em 2011, contamos com 7 servidores do MAPA atuando como Agentes de Atividades Agropecuárias, denominados de Agentes de Inspeção, dentro dos SIFs (Serviços de Inspeção Federal), 7 Agentes de Inspeção oriundos do acordo de cooperação técnica (que chamamos de conveniados) e 36 auxiliares de inspeção do Art. 102 do RIISPOA (Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952), que atuam sob a responsabilidade do SIF, mas são contratados sob regime CLT de trabalho, pelas empresas.

- Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:

Adequação do quadro técnico atuante na área da inspeção, bem como capacitação nas diversas áreas da inspeção.

- Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

- SIFISA/DDA/SFA-AC

- DIPOA

- Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno (eficácia, eficiência ou de efetividade).

Indicador de produtividade – Eficiência (inspeção de estabelecimentos registrados)

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{nº de estabelecimentos inspecionados}}{\text{nº de estabelecimentos registrados}} = \frac{03}{03} = 100\%$

nº de estabelecimentos registrados 03

Responsável pelo cálculo/medição: Márcia Martins Lopes

Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação INSPANIMAL

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
339014	20.626,52	10.329,70	10.401,31	18.003,99	8.371,53	9.788,09
339030	1.750,00	3.650,00	120,00	1.122,00	3.310,64	120,00
339033	18.580,00	6.150,00	12.213,10	15.135,39	6.150,00	9.404,02
339036	1.240,00	-	2.820,50	1.806,46	-	2.920,50
339039	7.320,00	1.500,00	600,00	7.320,00	1.500,00	0,00
449052	142.200,00	-	-	123.945,00	-	-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

XI. Ação Código 4842	Eradicação da Febre Aftosa
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa , objetivando o acesso do produto nacional aos mercados.

Descrição	Realização de reuniões com o órgão executor para estabelecimento das prioridades e estratégias zoonosológicas; contribuir na elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento; das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento; fiscalização e controle vacinas vendidas na UF, realização de diagnóstico e monitoramento soro epidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Combate às Doenças – CGCD/SDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Guilherme Henrique Marques
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Márcia Martins Lopes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Maria Eva de Jesus (jan a jun de 2011) Rejane Maria Lemos Santos (jul a dez de 2011)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 9.712 de 1998

Informações sobre os resultados alcançados da Ação 4842						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Índice de cobertura vacinal	01/01/2011 a 31/12/2011	152.581	152.581	152.581	152.581

Fórmula de Cálculo do Índice

Índice de cobertura vacinal: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de animais vacinados}}{\text{n}^\circ \text{ de animais existentes}} \times 100 = \frac{2.487.954}{2.534.063} \times 100 = 98,18\%$

Texto: A cobertura vacinal no ano de 2011 foi muito boa, no equivalente a 98,18%, a diferença de 1,82% corresponde a animais de regiões com difícil acesso, tais como; Jordão e Marechal Taumaturgo, cujos municípios estão vinculados às unidades locais de Tarauacá e Cruzeiro do Sul, ambas localizadas no Alto Juruá, região Noroeste e Oeste do estado do Acre, respectivamente e que apresentaram índice vacinal inferior ao aceitável pelo DSA que é de 85%.

Análise do Resultado Alcançado

O índice mínimo aceitável de vacinação que é determinado pelo DSA é 85%. O Estado do Acre vem conseguindo ultrapassar este índice no geral a mais de dez ciclos. Os rebanhos existentes nos 02 (dois) municípios cujo índice é inferior ao desejado, atingem cerca de 6 % do total, o que justifica a pouca interferência no índice final do Estado.

Fonte: DDA/SFA-AC.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
02	Índice de supervisão Semestral SIFISA	01/ 01/ 2011	100%	100%	100%	56,61 %

Fórmula de Cálculo do Índice:

Índice de supervisão

Semestral SIFISA: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de supervisões realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de supervisões programadas}} \times 100 = \frac{77}{136} \times 100 = 56,61 \%$

Texto: Foram 77 (setenta e sete) supervisões realizadas no 1º semestre de 2011 e foram realizadas em todas as 16 (dezesesseis) UVLs, nos 19 (dezenove) EACs e nos 04 (quatro) Postos Fixos.

análise do Resultado Alcançado.

As supervisões previstas para ocorrer nos 02 (dois) semestres não atingiram o total da meta, devido a problemas de adaptação do novo técnico ao PNEFA, ficando o acompanhamento proposto para o ano de 2012.

Fonte: SIFISA/SFA-AC.

- Quadro demonstrativo da execução Financeira por elemento de despesas..

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	7.939,60	6.300,50	74,4%
339030	2.999,13	2.999,13	100%
339033	23.219,20	23.219,20	100%
339036	7.621,10	7.621,10	100%
339039	9.100,00	9.100,00	100%
333041	286.914,93	286.914,93	100%
443042	20.600,00	20.600,00	100%

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Avaliações descritivas dos resultados.

No ano de 2010 (Agosto) iniciou-se um Estudo para estimar a cobertura imunitária para os três tipos de vírus presentes na vacina comercializada no país (O, A e C) da população bovina entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) meses de idade nas unidades federativas localizadas na zona livre de febre aftosa com vacinação; as atividades de planejamento, colheita de amostras e análise laboratorial foram conduzidas entre os meses de Agosto de 2010 e Setembro de 2011, sendo que os trabalhos realizados ao preparo e envio das amostras ao LANAGRO/MG ocorreram entre Outubro e Dezembro de 2010 e os resultados laboratoriais para os vírus O e A foram disponibilizados em Abril de 2011 e para o vírus C no início de Setembro de 2011;

No caso do estado do Acre, a subpopulação envolvida no estudo, foram bovinos de 6 a 12 meses e de 13 a 24 meses, no total de 28 propriedades com 193 (cento e noventa e três) animais localizadas na área de fronteira e 26 propriedades com 192 (cento e noventa e dois) animais em áreas de não-fronteira com a Bolívia, somando um total de 385 (trezentos e oitenta e cinco animais) em 54 (cinquenta e quatro) propriedades; os resultados foram bastante satisfatórios,

estando o estado do Acre despontando como um dos melhores índices do país, principalmente na faixa etária de 6 a 12 meses com os vírus tipo A ou C apresentando Prevalência Observada (PO) com 90% e Prevalência Corrigida (PC) em 96%, Já no grupo Total – 6 a 24 meses, observou-se índices iguais para os vírus tipo O ou C e A ou C, apresentando os seguintes: Prevalência Observada (PO) com 92% e Prevalência Corrigida (PC) em 99%.

Apesar de termos cumprido apenas 50% das metas propostas pelo Departamento de Saúde Animal – DSA/MAPA, o serviço de defesa sanitária animal do estado do Acre tem sido realizado a contento, muito embora as falhas constatadas no ano de 2010, algumas já estejam sanadas, outras, no entanto continuam, tipo problemas com pessoal e ausência de treinamentos; Com a criação das Unidades Regionais esperava-se mais funcionalidade técnica/administrativa do órgão, no entanto, continua a forma centralizadora nas mãos dos gestores; O Sistema de Informação continua a apresentar alguns problemas na emissão de informações reais e rápidas.

-Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso.

- As não conformidades observadas estão sobretudo na ausência ou na demora da emissão de informações solicitadas pelo SIFISA, ocorrendo assim, perdas de prazos, porém não comprometeram o nível do status sanitário do Estado; outro fator importante a destacar trata-se da deficiência de técnicos (Médicos Veterinários) para a execução das metas propostas no Convênio.

- Para evitar que tais insucessos continuem, são metas programadas, as realizações de supervisões.

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

- SIFISA/DDA/SFA-AC
- IDAF/AC

- Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.

Índice de cobertura vacinal: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de animais vacinados}}{\text{n}^\circ \text{ de animais existentes}} \times 100 = \frac{2.487.954}{2.534.063} \times 100 = 98,18\%$

Índice de supervisão

Semestral SIFISA: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de supervisões realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de visitas programadas}} \times 100 = \frac{77}{136} \times 100 = 56,6\%$

Responsável pelo cálculo/medição: Rejane Maria Lemos Santos

- Quadro Comparativo da execução físicas do PI FEBREAFTOS:

Metas Físicas	Unidade de Medida	2009	2010	2011
Manutenção da área livre de Febre aftosa com vacinação	Km ²	152.581	152.581	152.581
Supervisão em Unidade Veterinária Local / EAC e Postos Fixos e unidade central do IDAF	unid	46	23	77
Supervisão com acompanhamento de propriedades nas Sorologias em 2010.	unid	-	09	02(**)

- Quadro Comparativo Execuções Financeiras por elemento de despesas.

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
339014	6.239,00	11.707,20	16.775,43	6.239,00	9.955,01	7.954,40
339030	5.500,00	4.500,00	2.820,00	4.905,00	4.498,48	2.820,00
339033	5.300,00	5.188,12	9.700,00	5.118,33	5.188,12	9.700,00
339036	-	10.958,10	2.743,50	463,86	10.670,20	2.272,70
339039	5.000,00	1.500,00	2.000,00	4.999,76	1.000,00	2.000,00
449092	-	619,50	-	-	619,50	-
449052	-	500.000,00	-	-	-	-
443042	-	-	727.202,00	-	-	727.202,00

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

XII. Ação Código 8658	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária.
Finalidade.	Garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição.	Estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o país, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do país, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação Zoossanitário; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação Geral de Combate às Doenças – CGCD/DSA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC (Jan a Dez de 2011)
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Guilherme Henrique Marques
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ.	Marcia Martins Lopes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Maria Eva de Jesus (jan a junho de 2011) Marcia Martins Lopes (Jan a Dez/2011) Rejane Maria Lemos Santos (Julho a dez de 2011)
Competências institucionais	Decreto 24.548, de 03 de setembro de 1934 e Portaria 45, de 22 de março de 2007.

requeridas para a execução da ação. | SFA-AC/MAPA e IDAF-AC

Informações sobre os resultados alcançados da Ação 8658						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Índice de propriedades atendidas	02/01/2011	10.000	10.000	10.000	8.390

Número de propriedades atendidas: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de prop. atendidas}}{\text{n}^\circ \text{ de prop. programadas}} \times 100 = \frac{8.390}{10.000} \times 100 = 83,90 \%$

Texto: O índice de 83,90% não corresponde à meta total proposta, no entanto, deve-se levar em conta, que apenas após o mês de Agosto/2011 é que houve a liberação de recursos do Convênio entre o IDAF/AC e o MAPA.

Análise do Resultado Alcançado

O índice alcançado foi bom diante da meta proposta. Neste resultado estão inclusos os dados das propriedades atendidas com ações nas áreas de Brucelose, Tuberculose, Anemia Infecciosa Equina e outros agravos, executados pelo SIFISA, IDAF e Médicos Veterinários da iniciativa privada com notificação encaminhada a este SIFISA.

Fonte: SIPLAN, 2011.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
02	Nº de Propriedades trabalhadas em Brucelose Bovina.	01/ 01/ 2011 a 31/12/2011	193	231	231	247

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de prop. trabalhadas: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de prop. trabalhadas}}{\text{n}^\circ \text{ de prop. programadas}} \times 100 = \frac{247}{231} \times 100 = 106,9\%$

Texto: Para obtenção do indicador foi pego a nº de propriedades trabalhadas no ano anterior somado a este 20%, usado como meta para o ano subsequente.

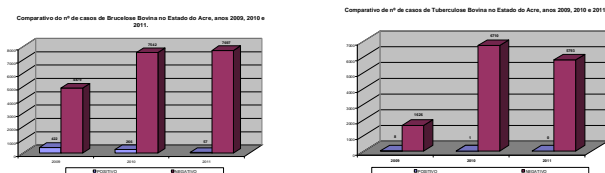
Análise do Resultado Alcançado

O índice alcançado foi bom diante da meta proposta. Neste resultado estão inclusos os dados das propriedades atendidas com ações na área de Brucelose executados principalmente pelo Médicos Veterinários da iniciativa privada habilitados no MAPA, cujos relatórios mensais são encaminhados para o IDAF-AC e SIFISA.

→ Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose:

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT começou a apresentar resultados no Estado do Acre a partir de janeiro de 2005,

através do processo de vacinação e realização de exames de monitoramento de rebanhos. Em 2011 foram examinados 7.697 animais para Brucelose bovina, destes 57 foram diagnosticados positivos; para Tuberculose bovina foram 5.793 animais com 0 positivo.



Supervisões:

Foram realizadas em Rio Branco 01 (uma) Supervisão documental na Coordenação Estadual do Programa de Brucelose e Tuberculose, 05 (cinco) supervisões em salas de realização de exames e 01 (uma) na sala de distribuição de insumos.

Nos municípios:

1. Acrelândia

A supervisão foi realizada no município de Acrelândia nos dias 02, 03 e 04 de maio de 2011, pelo Fiscal Federal Agropecuário da SFA-AC acompanhada pelo Médico Veterinário da Unidade Local de Atenção Veterinária (ULSAV) bem como visita "in loco" em 06 (seis) propriedades.

A metodologia utilizada para a supervisão foi documental na UVL e a escolha aleatória de propriedades que realizaram exames no mês de fevereiro e março/2011, com animais regentes e propriedades com ação de vacinação pelos agentes vacinadores sob supervisão do Méd. Veterinário.

2. Rio Branco:

a) A supervisão documental foi realizada nos municípios de Rio Branco, em 17 de março de 2011 pelo Fiscal Federal Agropecuário da SFA-AC acompanhada pelo Médico Veterinário da Unidade Local de Atenção Veterinária (ULSAV) e responsável pela Coordenação do programa em âmbito estadual.

Durante a supervisão, foram detectadas não conformidades, algumas de simples resolução que devido a falta de encaminhamento, comprometeu o andamento das ações;

b) O acompanhamento e supervisão conjunta realizada no município de Rio Branco pelos FFA/SIFISA/SFA-AC, nos dias 05, 10, 12 e 18 de maio e 21 de junho de 2011 com os Médicos Veterinários do IDAF-AC responsável pela coordenação do programa em âmbito estadual.

Durante as 05 (cinco) fiscalizações realizadas, observou-se que todas as salas estão em condições de funcionalidade. Algumas precisam de um pouco mais de organização.

Os habilitados estão cumprindo as exigências mínimas contempladas no check list do Órgão Executor.

c) Em 5 de novembro de 2011, foi realizada uma supervisão na distribuição dos insumos (antígenos e alérgenos) para diagnóstico de Brucelose e Tuberculose.

Durante esta supervisão documental e estrutural na sala da UVL – Rio Branco onde funciona a Distribuição dos Insumos, verificou-se algumas não conformidades, tais como: controle falho no registro da entrega dos insumos e não conformidades no controle do armazenamento dos insumos.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
03	Fiscalização ativa de alimentos para ruminantes em estabelecimentos de criação	01/ 01/ 2011 a 31/12/2011	8	18	8	18

Fórmula de Cálculo do Índice

(%) de Fiscalização ativa de alimentos para

ruminantes: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de fiscalizações realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de fiscalizações propostas}} \times 100 = \frac{18}{8} \times 100 = 225\%$.

O % de fiscalizações realizadas pelo serviço veterinário oficial foi superior ao planejado e foi obtido a partir das fiscalizações realizadas e programadas, considerando a proposta inicial da CRHE.

- Execução física programada, demonstrativo mensal.

d. Análise do Resultado Alcançado

No final do ano de 2010 foi repassada à SFA-AC a meta de realização de 8 (oito) fiscalizações, como parte das atividades de vigilância ativa para a Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB. Foram realizadas 18 (dezoito) fiscalizações em propriedades sem coleta.

*** Entraves para o Programa Nacional de Raiva dos Herbívoros e EETs:**

- Resistência dos médicos veterinários oficiais em realizar coleta de material para o diagnóstico laboratorial em casos de suspeita de síndrome neurológica;
 - Falta de conscientização dos produtores através da educação sanitária;
 - Controle de morcegos hematófagos em seus reservatórios naturais bem como a identificação de refúgios através de GPS;
 - Falta de envolvimento do órgão estadual no programa de vigilância ativa para EEB;
 - Falta de iniciativa do órgão estadual para programar ações, mediante a disponibilidade de kits para captura, cedidos ao IDAF no ano de 2008;
 - Falta de envolvimento entre as instituições voltadas para a prevenção e controle da Raiva (SEMSA, SESACRE, UFAC e IDAF/AC) e comunidade nos trabalhos;
- Dificuldade do SIFISA/DDA/SFA-AC em encaminhar amostras para análise laboratorial por conta da ausência de contrato com Empresa que realize frete até o destino da análise (Laboratório).

→ Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos:

No ano de 2011 iniciou-se a realização do inquérito soropidemiológico para Peste Suína Clássica no estado do Acre.

Com base no banco de dados de propriedades rurais existentes no SISDAF, obtido mediante a declaração da campanha de vacinação contra febre aftosa, o estado deu início à realização de cadastro específico para a população de suídeos ainda no ano de 2010.

Com base nestas informações, a Coordenação de Planejamento, Avaliação e Controle Zoonosológico (CPACZ) do Departamento de Saúde Animal realizou uma análise epidemiológica do estado, traçando as diretrizes do estudo a ser realizado.

Como as atividades relacionadas ao PNSS no estado eram bastante incipientes, a SFA-AC juntamente com o IDAF-AC realizou no mês de junho o 1º Curso do Programa Nacional de Suínos no Estado do Acre que teve por objetivo capacitar o corpo técnico do órgão para executar ações correlacionadas ao Programa. O curso contou com a participação da Divisão de Sanidade de Suínos do DSA, Instituto Biológico de SP e IDARON/RO, este último responsável pela execução da parte prática do treinamento. O curso foi estendido ao estado do Amazonas (SFA e CODESAVE), pois dois de seus municípios, Boca do Acre e Guajará, foram incluídos no inquérito.

Posteriormente ao curso, a Divisão de Sanidade dos Suídeos repassou ao estado a relação de propriedades que fariam parte do estudo. Para a escolha dos estabelecimentos (unidades primárias) amostrados no projeto foi considerado o tamanho da população de suídeos e sua distribuição geográfica, obtidos pelo levantamento cadastral realizado pelo IDAF, considerando a hipótese de prevalência mínima de estabelecimentos infectados de 1%. Utilizando-se esses parâmetros chegou-se inicialmente ao quantitativo total de 320 estabelecimentos a serem amostrados, distribuídos aleatoriamente pelo estado, e proporcionalmente ao total de animais existentes nos seguintes estratos:

- Estrato 1: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Manoel Urbano, Plácido De Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosa Do Purus, Sena Madureira, Senador Guimard e Xapuri; e

- Estrato 2: Cruzeiro Do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Porto Walter Rodrigues Alves e Tarauacá.

Além destes 2 estratos foram considerados os municípios de Boca do Acre e Guajará no estado do Amazonas.

Conforme padronizado, cada estabelecimento de criação amostrado foi identificado de forma única, sendo constituído por dois elementos básicos:

AC	-	0	1	0
UF		(Nº do estabelecimento de criação, com 3 dígitos)		

O número de animais amostrados em cada propriedade foi estabelecido conforme abaixo descrito:

Tabela 1: Amostragem dos animais nos estabelecimentos selecionados.

NÚMERO DE SUÍNOS ACIMA DE 60 DIAS EXISTENTES	NÚMERO A SER AMOSTRADO
Até 15	Todos
16 a 20	15
21 A 30	20
31 A 50	23
51 A 80	26
MAIS DE 80	30

Ao longo do estudo fez-se necessária a substituição de algumas propriedades em função das divergências encontradas nos cadastros e nas visitas *in loco*. Assim sendo, foi necessário rever a amostragem inicial perfazendo a partir de então 359 propriedades a serem amostradas.

Para o gerenciamento das informações geradas no inquérito foi utilizado o SGAV Para o gerenciamento das informações dos inquéritos soroepidemiológicos realizados

na zona livre de PSC será utilizado o SGAV, um sistema elaborado com objetivo de atender demandas de informações do Departamento de Saúde Animal.

No total foram colhidas 2.857 amostras de soro, que foram encaminhadas ao LANAGRO-MG para realização do ensaio imunoenzimático (ELISA). A partir dos resultados obtidos no estudo, serão adotadas as medidas preconizadas no Manual do Inquérito Epidemiológico, com vistas à inclusão do estado na Zona Livre de Peste Suína Clássica.

*** Entraves do Programa Nacional de Sanidades dos Suídeos – PNSS:**

- Falta de continuidade em ações de vigilância relacionadas à sanidade dos suídeos
- Ausência de prioridade na execução do Programa por parte do estado

Demonstrativo da execução física não programadas:

- Emissão de Parecer Técnico: 38
- Autuação de processos de sacrifícios de animais positivos p/ AIE: 38
- Envio de amostras de tronco encefálico (Vigilância EEB): 15

Comparativo da execução financeira - PCEANIMAL

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE**		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
339014	19.311,60	12.214,86	7.939,60	18.088,49	12.214,86	6.300,50
339030	10.000,00	73.080,90	2.999,13	9.999,50	65.238,00	2.999,13
339033	53.611,60	17.650,00	23.219,20	28.459,60	17.650,00	23.219,20
339036	2.902,92	103.566,83	7.621,10	2.923,24	65.139,60	7.621,10
339039	10.000,00	103.000,00	9.100,00	9.999,56	103.000,00	9.100,00
333041	-	-	-	-	-	286.914,93
443042	-	-	20.600,00	-	-	-
449052	325.000,00	-	-	323.861,14	-	-

(**) Coordenador de Ação Estadual

(**) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos – PNSE:

Foram definidos os procedimentos a serem adotados a partir do ano de 2012, inclusive com o processo de levantamento sorológico (saneamento);

- Ausência de mecanismos legais no âmbito do SIFISA para punição dos profissionais que infringem as normas do Programa;
- A falta de conscientização dos proprietários de eqüídeos para a realização das ações sanitárias deverão ser sanadas com a utilização da Educação Sanitária;
- Falta de apoio policial para execução do sacrifício em alguns municípios;
- Falta de compromisso do órgão executor para implementação das medidas diante da confirmação de foco;
- Atrasos no envio dos relatórios mensais de atividade dos laboratórios credenciados;

- Ausência de maior critério por parte dos laboratórios para recebimento de amostras destinadas ao diagnóstico de AIE;
- Falta de material químico para realização de sacrifício de animais portadores de Anemia Infeciosa Equina – AIE.

- **Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA:**

- Para 2011 foi mantida a meta de 2009 e 2010 que era a de submeter o estado do Acre a avaliação Periódica dos Sistemas Estaduais de Defesa Animal com ênfase em Sanidade Avícola, mas pouca coisa foi feita a não ser a realização de 91 (noventa e um) cadastros de Estabelecimentos Avícolas Comerciais; desta feita, o estado do continua como unidade federativa “não participante do Plano”, podendo sofrer restrições no trânsito de aves vivas;

- Falta de comprometimento do órgão executor na implantação o programa estadual de sanidade avícola, em aderir ao Programa Nacional de Sanidade Avícola e assim poder solicitar auditoria para classificar o estado no contexto nacional;

- Foi nomeado recentemente 01 (um) técnico para trabalhar a implantação e implementação do programa no IDAF/AC e assim ter a coordenação/ supervisão da instituição normatizadora;

- **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

- Vontade política e técnica do órgão executor/estado para implantar o programa estadual e assim aderir ao Plano Nacional de sanidade avícola e assim poder solicitar auditoria para classificar o estado no contexto nacional;

- Falta de recursos para o PNSA;

- Que o IDAF-AC apóie o coordenador de execução das ações, não delegando a este funções que o retire do foco das ações do programa;

- Contratar Fiscal Federal Agropecuário (Méd. Veterinário) para o SIFISA/DDA/SFA-AC;

- Realizar registros dos Estabelecimentos avícolas comerciais até Dez/2012, conforme determina a IN nº 56/2007;

- Falta de recursos para o programa, a citar: veículos e recursos humanos.

* Quais as ações foram tomadas no sentido de solucionar os problemas anteriormente apresentados para a execução dos processos de registro?

- O Convênio MAPA-IDAF/AC está previsto aquisições de veículos para atender ações de defesa sanitária animal, na qual o PNSA está inserido;

- Intensificar supervisão nas UVL's no sentido de agilizar processo de registros.

Informações sobre os resultados alcançados da Ação 2139						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Nº de Fiscalizações realizadas.	02/01/2011 a 30/12/2011	32.000	32.000	32.000	23.667
Fórmula de Cálculo do Índice						
<p>Nº de Fiscalizações realizadas: $\frac{\text{nº de Fiscalizações realizadas}}{\text{nº de Fiscalizações programadas}} \times 100 = \frac{23.667}{32.000} \times 100 = 73,9\%$</p>						
<p>O índice previsto para 2011 pelo SIPLAN era 40.000 fiscalizações, que foram corrigidas para 32.000 pelo CAE, obedecendo o critério de fiscalizações executadas no ano anterior acrescido a este 20%. O resultado ficou aquém do esperado.</p>						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Dentre as causas que levaram ao baixo número de fiscalizações de trânsito interestadual de animais seus Produtos e Subprodutos, podemos citar: Falta de recursos financeiros; falta de pessoal para compor as escala com o descanso devido; Um posto desativado. Neste resultado estão inclusos os dados das fiscalizações móveis e dos postos fixos, fronteiriços ou não.</p>						
Fonte: SIPLAN, 2011.						

- Informações de trânsito de animais Produtos e Subprodutos

Transito de animais vivos:

Em 2011 foram emitidas 69.318 Guia de Trânsito Animal – GTAs, nestas guias foram movimentados 1.546.870 animais, sendo 1.001.155 bovinos, 530.283 aves e 15.432 com outras espécies.

- Demonstrativo do Trânsito de Produtos e subprodutos:

Os subprodutos de origem animal – bovino movimentou no ano de 2011 no estado do Acre R\$ 36.374.878,95, sendo R\$ 34.183.457 só com couro (Wait Blue, Salgado, Couro Bovino para gelatina, Verde e Piquelado). Os outros 2.191.421,95 com os outros subprodutos (sebo, raspas e aparas).

- O controle e o fornecimento dos blocos para emissão do CIS E são feitos pela SFA-AC, a emissão do documento feito pelos Méd. Veterinários do IDAF e Credenciados pelo MAPA-Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0375	Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.	
Objetivos Específicos: Garantir a qualidade da produção e produtividade agropecuária.	
Gerente do Programa: Francisco Ferreira Jardim	Responsável na UJ: Márcia Martins Lopes
Público Alvo: Produtores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.	

- Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	604	0375	2124	A	3	Unidade	59	26	26
20	604	0375	2140	A	3	Unidade	44	30	47
20	604	0375	2019	A	3	Unidade	0	0	0

Fonte: LOA 2008-2011; SIPLAN; POA DFIP 2012

Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0375 / Ação 2124 - FISCINAN					Em R\$ 1,00
2011					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 5.813,10	R\$ 6.746,61	R\$ 6.403,52	R\$ 6.403,52	0,00	R\$ 6.403,52

Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0375 / Ação 2140 - FISPROVET					Em R\$ 1,00
2011					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 3.411,21	R\$ 3.650,00	R\$ 3.038,15	R\$ 3.038,15	0,00	R\$ 3.038,15

Informações sobre os resultados alcançados - Programa 0375 / Ação 2124 - FISCINAN						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	IAF – Índice de Amostras Fiscalizadas (%)	01/01/2011 A 31/12/2011	0	100%	100%	66,66%

Fórmula de Cálculo do Índice

- IAF: *Índice de Amostras Fiscalizadas*

Fórmula de cálculo: (Número de Amostras Colhidas/ Número de Amostras Programadas) x100

$$12 \text{ amostras colhidas} / 18 \text{ amostras programadas} \times 100 = 66,66\%$$

Análise do Resultado Alcançado

A Colheita e o envio de amostras para análise laboratorial é programada anualmente pela Coordenação de Fiscalização de Alimentos para animais (CPAA/DFIP/SDA) e deve obedecer data pré-estabelecida para envio das amostras aos laboratórios da Rede LANAGRO. Tal programação dificilmente é alterada, devido á dificuldade operativa destes laboratórios. Foram realizadas colheita de 12 amostras e 06 enviadas para análise. As colheitas foram feitas parcialmente no ano 2011, devido à falta de treinamento do técnico que assumiu o serviço e também da indisponibilidade de logística para o envio das amostras nas datas de colheita cumprindo o envio pré-programadas pela CPAA e pela Rede LANAGRO.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	IFF – Índice de Fábricas Fiscalizadas (%)	31/12/2011	160%	160%	160%	120%

Fórmula de Cálculo do Índice

- IFF - *Índice de Fábricas Fiscalizadas* – 120%

Fórmula de Cálculo : (Número de Fábricas registradas existentes / Numero de Fiscalizações realizadas) x 100.

06 fiscalizações realizadas / 05 fábricas registradas X 100 = 120%

Programa 0375 / Ação 2140 - FISPROVET						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	ICPVF: Índice de Comércio de Produtos Veterinários Fiscalizados (%)	01/01/2011 A 31/12/2011	200	136,5	136,5	52,27

Fórmula de Cálculo do Índice

ICPV – Índice de Conformidade no comercio de Produtos Veterinários.

Fórmula de cálculo : (Número Estabelecimentos Comerciais Fiscalizados/ Número de Estabelecimentos Registrados) x100. = 52,27%.

Análise do Resultado Alcançado

O número de atividades executadas durante o ano foi menor que o previsto em virtude da transferência do técnico treinado para execução do serviço. O novo Fiscal que assumiu o serviço ainda se encontra a espera do treinamento. Portanto o índice ficou abaixo do esperado.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	IEA: Índice de Estabelecimentos Autuados	01/01/2011 A 31/12/2011	15%	15%	20%	39,18%

Fórmula de Cálculo do Índice

- IEA: Índice de Estabelecimentos Autuados:

Fórmula de cálculo : (Número de estabelecimentos autuados /numero de estabelecimentos fiscalizados)x100.

09 estabelecimentos autuados / 23 est. Fiscalizado X 100 = 39,18

Análise do Resultado Alcançado

O índice previsto no exercício foi baseado no IEA do ano anterior, que foi de 20%. As expectativas foram superadas, pois observou-se um aumento de 19,18% na autuação dos estabelecimentos.

Fonte: Relatório FISCINAN, FISCINAN e FISPROVET 2011.

Ação - 2124	Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal / FISCINAN.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição.	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas

	práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal – CPAA / DFIP.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC
Responsável Técnico pela Ação /PI no âmbito da UJ.	Pauline Martins da Cunha. (janeiro a julho) Maria Eva de Jesus (agosto a dezembro)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 6.198, de 26/12/1974; Decreto nº 6296 de 11/12/2007.

Metas físicas executadas:

- Análise de processo de registro de estabelecimento: 1
- Análise de processo de registro de produto: 1
- Fiscalização em estabelecimento: 30
- Vistoria inicial em estabelecimento: 3

Execução Financeira / FISCINAN				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	R\$ 3.542,00	R\$ 2.378,42	R\$ 2.364,47	99,41
339030	R\$ 909,10	R\$ 380,00	R\$ 380,00	100
339033	-	R\$ 3.900,00	R\$ 3.570,86	91,56
339039	R\$ 864,00	R\$ 88,19	R\$ 88,19	100
Outros	R\$ 500,00	0	0	0

- **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.** (Anexo II da DN TCU n100/2009)

O número de atividades executadas durante o ano foi menor que o previsto em virtude da transferência do profissional treinado que era responsável pelo serviço. O novo técnico está no aguardo do treinamento.

- **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Solicitar contratação de Fiscal Federal Agropecuário e treinamento de Fiscal Federal Agropecuário e técnico para execução da fiscalização de insumos pecuários.

- **Responsáveis pela implementação das medidas.**

- SIFISA/DDA/SFA-AC

- DFIP

- **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.**

- IAF: Índice de Amostras Fiscalizadas = 66,66%

Fórmula de cálculo : (Número de Amostras Colhidas/ Número de Amostras Programadas) x100

Fórmula de cálculo : (Número de Amostras Colhidas/ Número de Amostras Programadas) x100

12 amostras colhidas/ 18 amostras programadas X 100 = 66,66%

- IFF - Índice de Fábricas Fiscalizadas – 120%

Fórmula de Cálculo : Número de Fábricas registradas existentes x 100/ Numero de Fiscalizações realizadas.

Fórmula de Cálculo : (Número de Fábricas registradas existentes / Numero de Fiscalizações realizadas) x 100.

05 fábricas registradas/ 06 fiscalizações realizadas X 100 = 120%

Comparativo anual dos resultados do PI.

Metas Físicas	Unidade de Medida	2008	2009	2010	2011
Inspeção/fiscalização do comércio	Estabelecimento	102	55	70	30
Inspeção/fiscalização de Indústrias	Estabelecimento	-	-	-	06
Coleta de amostras de alimentos para animais	Amostra	06	08	00	06
Registro de estabelecimentos	Registro	20	01	2	1
Registro de produtos	Registro	06	31	2	2

- Comparativo das principais Metas Financeiras de Alimentos para Animais.

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
339014	R\$ 1.759,00	R\$ 2.478,00	2.378,42	R\$ 1.713,00	R\$ 511,70	2.364,47
339030	R\$ 900,00	R\$ 1650,00	380,00	R\$ 900,00	R\$ 1100,00	380,00
339033	R\$ 1.900,00	-	3.900,00	R\$ 1769,84	-	3.570,86
339039	R\$ 600,00	R550,00	88,19	R\$ 600,00	R\$ 550,00	88,19

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Ação: Código - 2019	Fiscalização da Produção e Comercialização de Material Genético para Multiplicação Animal / FISCGENE.
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade do material genético animal.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões,

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3593 - Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários – CPV/DFIP.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/SFA-AC (jan a jun de 2010). Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional.	Marcos Vínícios S. Leandro Júnior.
Coordenador de ação estadual na UJ.	Márcia Martins Lopes
Responsável Técnica pela Ação/PI.	Pauline Martins da Cunha. (Jan a Jul) Maria Eva de Jesus (ago a Dez)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto N° 24.548, de 03.07.34 ; Decreto N° 5053 de 22.04.04; Decreto Lei 467 de 13.12.1969.
	simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Fiscalização de Material Genético – DMG/DFIP.

Código Ação: 2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária
Finalidade.	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos de uso veterinário.
Descrição.	Coordenar, promover e acompanhar a fiscalização de produtos de uso veterinário, quanto à fabricação, manipulação, importação, exportação, comércio e uso, inclusive controle de qualidade; controlar e orientar o registro de produtos veterinários junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante normas específicas;
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional	Beronete de Barros Freitas de Araújo.
Coordenador de Ação Estadual-CAE, no âmbito da UJ	Márcia Martins Lopes
Responsável Técnico pela Ação/PI na UJ	Pauline Martins da Cunha (Janeiro a julho) Maria Eva de Jesus (agosto a dezembro)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	<u>1- Lei 6.446 de 05 de outubro de 1977; Decreto nº 187, de 09 de agosto de 1991; Portaria nº 1, de 28 de setembro de 1989.</u>

Execução Financeira / FISCINAN				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339033	R\$ 1600,00	R\$1600,00	0	0

* **Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação (ações realizadas)**

- Análise de processos de registro de estabelecimento: 21
- Análise de alterações e renovação de registro de estabelecimentos: 8
- Fiscalização em estabelecimentos: 29

Execução das Metas Financeiras

Execução Financeira / FISPROVET				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	R\$2.436,00	R\$ 1400,00	R\$ 1400,00	100
339030	R\$ 975,21	R\$ 450,00	R\$ 450,00	100
339033	0	R\$ 1800,00	R\$ 1.188,15	66
339039	R\$ 3.414,21	R\$ 3650,00	R\$3038,15	82,24

(*) Coordenador de Ação Estadual

- **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

O número de atividades executadas durante o ano foi menor que o previsto em virtude da saída do técnico treinado para tal fim. O Novo FFA responsável pelo PI nas fiscalizações está no aguardo de treinamento.

- **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso: (Anexo II da DN TCU nº100)**

Solicitar contratação de FFA e técnicos/pessoal de apoio para a fiscalização de insumos pecuários.

- **Responsáveis pela implementação das medidas.**

SIFISA/DDA/SFA-AC, DFIP.

- **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.** (eficácia, eficiência ou de efetividade).

- **ICPVF: Índice de Comércio de Produtos Veterinários Fiscalizados**

Fórmula de cálculo: (Número Estabelecimentos Comerciais Fiscalizados/ Número de Estabelecimentos

Registrados) x100 = 81,58%

ICPVF = 31 X 100 / 38 = 81,58

- **IEA: Índice de Estabelecimentos Autuados: 29,03%**

Fórmula de cálculo: Número de estabelecimentos autuados x 100/ numero de estabelecimentos fiscalizados.

IEA: 9 X 100 / 31 = 29,03

Responsável pelos cálculos/medição: Maria Eva de Jesus

Comparativo das principais Metas Físicas da Área de Produtos Veterinários.

Metas Físicas	Unidade de Medida	2009	2010	2011
Inspeção/fiscalização do comércio	Estabelecimento	58	71	31
Registro de estabelecimentos	Registro	0	21	18

Comparativo das principais Metas Financeiras de PI FISPROVET 1.

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
339014	R\$ 2.079,00	R\$ 7041,00	R\$ 1400,00	R\$ 1895,35	R\$ 3.676,53	R\$ 1400,00
339030	R\$ 600,00	R\$ 1550,00	R\$ 450,00	R\$.600,00	R\$ 900,00	R\$ 450,00
339033	-	-	R\$ 1800,00	-	R\$ 840,00	R\$ 1118,15
339039	R\$ 400,00	R\$850,00	R\$ 3650,00	R\$ 400,00	R\$ 840,00	R\$ 3.038,15

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Código 0750	Apoio Administrativo
Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	Programa de Apoio Administrativo
Gerente do Programa:	Jorge Luiz Hessel
Órgão responsável pela execução do programa no âmbito da UJ.	Superintendência Federal de Agricultura no Acre/SFA-AC.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	Jorge Luiz Hessel até novembro de 2011 Maria Eliza Gadelha após novembro
Produto	Superintendência mantida
Unidade de Medida:	unidade
Público alvo	Governo Federal

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	Apoio administrativo	0750	4716	A	3	Unidade atendida	1	1	1

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade atendida	01.01.2011	100%	100	100%	100%

Formula de cálculo.

Área controlada = área monitorada / área do estado x 100.

Análise do Resultado Alcançado:

O PI MANUTSFAs integrante do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, foi utilizado para atendimento dos custos das despesas dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderam ser apropriados aos programas e ações finalísticos no âmbito das Superintendências Federais de Agricultura no Estado do Acre.

INDICADORES DE DESEMPENHO DA ÁREA ADMINSITRATIVA

Responsável pela fórmula de cálculo: Coordenadoria Gel de Apoio as Superintendências-CGAS/SE/BSB.

SIGLA	TIPO	INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULO	Valor %
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
leof(%)	Eficácia	Execução Orçamentária e Financeira	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	770890,69/803759,80 X100=	95,91
lcfcd (%)	Eficácia	Índice de Conformidade das diárias	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	234/234=1 X100=	100
lcfg(%)	Eficácia	Índice de Conformidade Contábil	(Nº de conformidades atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	251/251 X100=	100
lppd	Eficiência	Produtividade no pagamento de diárias	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	298 / 2= 117	149
lemp	Eficiência	Produtividade na emissão de empenho	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	192 / 2= 92	96

SETOR DE MMATERIAL E PATRIMÔNIO					
lcfplic (%)	Eficácia	Conformidade dos Processos licitatórios (empenhados)	(Nº de processos licitatórios concluídos (empenhados) / Nº de processos iniciados) x 100	15/15= 1 x 100=	100
lplic	Eficiência	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	15/3= 5	5
laalm (%)	Eficácia	Índice de atendimento do Almozarifado	(Nº de solicitações de materiais atendidos/ Nº de materiais solicitados) X 100	87/152= 0,572 X 100=	57,23
laadm (%)	Eficácia	Índice de servidores Administrativos com afastamento por licença médica	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos ativos) x100	1/19=0,0526 X 100=	5,26
laap (30d) (%)	Eficácia	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X 100	0/0= 0 x 100	0
lpapc	Eficiência	Produtividade na concessão de aposentadoria	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	0/2 = 0 X 100	0

SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

Isartsa (%)	Eficácia	Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	(Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	19/41 = 0,4634 X 100 =	46,34
lalimed (%)	Eficácia	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	(Número de servidores afastados x número de dias de afastamento) / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	2X1024)/(41X11)X100 = 31.744/451X100=70.3858X100=	7038,58
lalimed (%)	Eficácia	Índice de Servidores Afastados por Licença Médica	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	3/41= 0,7560 X 100 =	75,60
laffa (%)	Eficácia	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	20/15 = 1,3333 X 100 =	133,33
lagtec (%)	Eficácia	Índice de Servidores AISIPOA- com afastamento por licença médica	(Nº de AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados/ Nº de AISIPOA-AG.ATIV. Total) x 100	0/13= 0 x 100	0

Formula: CGAS/BSB.

Execução das principais metas Financeiras do MANUT.

Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado	Índice de execução (%)
339014	14.424,38	14.272,95	14.272,11	99,09
339033	22.917,04	22.917,04	21.964,53	99,00
339039	177.931,99	177.931,99	177.931,99	100
339139	4.200,00	4.200,00	4.200,00	100
339030	66.466,80	66.466,80	66.466,80	100

A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Federal de Agricultura no Acre	00001	130088

A.2.8. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Pregão	841.343,04	33795,65	841.343,04	33.795,65
Registro de Preços	74.090,40	-	74.090,40	0
Contratações Diretas				
Dispensa	73.088,48	53.995,50	73.088,48	53.995,50
Inexigibilidade	169.000,00	123.121,42	169.000,00	123.121,42
Regime de Execução Especial				

Cartões de Crédito do Governo Federal.	25.051,97	24.183,91	25.051,97	24.183,91
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha(11)	5.431.777,29		5.431.777,29	
Diárias(14)	230.185,45		230.185,45	

Fonte: Seção de Execução Orçamentária e Financeira /SEOF/SFA-AC.

ITEM 4 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

No exercício de 2011 não houve Restos a Pagar de exercícios anteriores. Quando isso aconteceu foi gerado devido a liberação dos créditos terem sido efetuados somente no final do exercício, isso tem ocasionado de um empenho ser efetuado e não poder liquidar e pagar dentro do exercício. A gestão financeira operacionaliza da seguinte forma: as despesas liquidadas na semana são pagas na semana seguinte independentemente de serem do exercício ou RP.

Fonte: Seção de Execução Orçamentária e Financeira/SFA-AC.

Item 5 da Parte A, do Anexo II da DN TCU nº 108, de 2011.

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	41	41	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1)	41	41	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	41	41	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	41	41	-	-

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

A.5.2 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	5	5	6	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	5	6	1
2. Funções gratificadas	14	14	1	2
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	14	14	1	2
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	19	19	7	3

A.5.3 – Quantidade de Servidores por faixa etária.

Fonte: SIAPE

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	-	7	8	10	2
1.1. Servidores de Carreira	-	7	8	10	2
2. Provimento de cargo em comissão	-	1	3	9	1
2.1. Funções gratificadas	-	1	3	9	1
3. Totais (1+2)	-	8	11	19	3

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	2	2	7	16	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	2	2	7	16	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	1	2	4	7	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	1	2	4	7	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	3	4	11	23	-	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

A.5.5 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	8	1
1.1 Voluntária	7	1
1.2 Compulsória	1	

2. Proporcional	6	-
2.1 Voluntária	5	
2.2 Compulsória	1	
3. Totais (1+2)	14	1

Fonte: SIAPE

A.5.6 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	21	-
1.1. Integral	13	-
1.2. Proporcional	8	-
3. Total (1+2)	21	-

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

A.5.7 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	4	3	3	3	27.877,88
2. Nível Médio	4	5	5	2	14.275,79

Fonte: dw/excel

Informar o Quantitativo. O valor (No nível Superior e Nível Médio Refere-se ao Total do Custo em 2011)

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	4	3	3	3	27.877,88
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	4	5	5	2	14.275,79
3. Total (1+2)	8	8	8	5	42.153,67

Fonte: SGP/SFA-AC.

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores											Em R\$ 1,00	
Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total		
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previden-	Demais despesas variáveis					
Membros de poder e agentes políticos												
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão												
Exercícios	2011	1.091.333,87	-	1.508.595,19	90.653,61	82.380,49	19.328,00	20.668,54	-	98.988,26	2.911.947,96	
	2010	1.122.069,89	-	1.548.874,09	131.514,06	98.407,82	18.165,00	25.897,53	-	63.634,04	3.008.562,43	
	2009	1.064.749,90	-	1.469.672,88	134.635,63	52.838,99	-	5.889,76	-	145.336,22	2.873.123,38	
Servidores com Contratos Temporários												
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença												
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial												
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior												
Exercícios	2011	475.930,99	109.078,82	473.515,50	59.952,16	21.584,00	9.918,26	-	-	68.031,22	1.218.010,95	
	2010	459.800,93	112.314,29	457.805,59	33.488,30	23.684,00	4.010,58	3.363,12	-	42.925,37	1.137.392,18	
	2009	535.138,54	138.682,82	507.445,32	39.345,08	16.083,31	-	4.277,86	-	92.029,80	1.333.002,73	
Servidores ocupantes de Funções gratificadas												
Exercícios	2011	549.043,84	62.425,14	216.412,04	19.417,60	47.555,27	6.150,04	3.866,32	-	60.637,62	965.507,87	
	2010	549.043,84	62.425,14	216.412,04	19.417,60	47.555,27	6.150,04	3.866,32	-	60.637,62	965.507,87	
	2009	334.672,66	44.990,44	80.931,68	8.221,56	16.753,84	639,93	3.588,39	-	87.546,70	577.345,20	

Fonte:

Exercícios	Anos	Total	Média Mês
	2011	5.095.466,78	424.622,23
	2010	5.111.462,48	425.955,21
	2009	4.783.471,31	398.622,61

A. 5.10. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento													
UG/Gestão: 130088						CNPJ: 003968950014/40							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	Nº 05	01175513/0001-04	02.07.2010	01.07.2010		13	-				A
2010	V	O	Nº 014	09228233/0001-10	01.12.2010	30.11.2011		-	-	07			A

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAG/SFA-AC.

A. 5.11. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento														
UG/Gestão: 130088							CNPJ: 003968950014/40							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	1	O	Nº 05	01175513/0001-04	02.07.2010	01.07.2011					06	-	-	A
2010	3	O	Nº 06	08575671/0001-92	02.07.2010	31.12.2010 Encerrad					01	-	-	E

LEGENDA - Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAD/SFA-AC.

A. 5.12. planejamento operacional

INFORMAÇÕES : planejamento operacional	situação	Quant.	
Numero de Servidores totais da SFA (ativo+inativo+pensionistas)	existente	75	
Numero de Servidores Fiscais Federais Agropecuários	existente	15	
Número de Agentes de Inspeção de Produtos de Origem Animal	existente	0	
Número de Agentes de Atividades Agropecuárias	existente	8	
Número de Servidores de Apoio Administrativos - na área fim (todos)	existente	2	
Número de Servidores de Apoio Administrativos - na área meio (todos)	existente	18	
Número de Aposentados - Geral	existente	14	
Número de Pensionistas - Geral	existente	18	
Número de Estagiários das áreas finalísticas	existente	4	
Número de Estagiários das áreas meios	existente	4	
Número de Aposentadorias concedidas	jan - dez	1	
Número de diárias pagas - Todas as áreas	jan - dez	298	
Número de pagamentos pagos - outros (Todos)	jan - dez	40	
Número de empenhos emitidos - todos	jan - dez	192	
Número de processos licitatórios concluídos - todos	jan - dez	11	
Dias de afastamento de Servidores da área fim por licenças médicas	jan - dez	984	19licenças
Dias de afastamento de Servidores da área meio por licenças médicas	jan - dez	498	05licenças
Número de Fiscais Federais que tiraram licenças médicas	jan - dez	6	
Número de AISPOA/Ag. de Ativ.Agropec que tiraram licenças médicas	jan - dez	0	
Número de Servidores da Área de Apoio que tiraram licenças médicas	jan - dez	4	

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre

Serviço de Apoio Administrativo

Rodovia Ac-40, Nº 793 - Cep 69901-180 - Rio Branco-Ac - Telefones: (68) 3212 - 1316, 3212-1300. Fax: (68)3212 - 1313 / 3212-1318

E-Mail: [Hyperlink "Mailto:gab-ac@Agricultura.gov.br"](mailto:Hyperlink%20Mailto:gab-ac@Agricultura.gov.br) spa-ac@Agricultura.gov.br; dda-ac@agricultura.gov.br

A.5.13. Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.

A situação da Força de Trabalho desta Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre é deficitária. Conseqüentemente, difícil de cumprir o papel institucional da Unidade em relação à Organização a contento.

Estratificando, na área técnica do MAPA (área-fim, nível superior), o Poder Executivo, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos últimos dez anos aproximadamente, constituiu carreira e vem autorizando, promovendo concursos e admitindo servidores qualificados e com boa remuneração, o que o é elogiável.

Embora tenha ocorrido um grande avanço e o MAPA tenha se beneficiado, na SFA-AC existe uma grande necessidade de servidores efetivos nas áreas técnicas, Fiscais Federais Agropecuários (nível superior) e principalmente, Agentes de Inspeção (nível médio). Para suprir esta carência, a SFA-AC mantém um Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado do Acre, em que o mesmo disponibiliza grande parte dos servidores que atuam na inspeção de produtos de origem animal, sem falar nos empregados das empresas fiscalizadas, à disposição do Serviço de Inspeção Federal. No concurso realizado para provimento de vagas para esta área, a SFA-AC não foi contemplada com nenhuma vaga.

A situação da área administrativa é parecida à narrada no parágrafo anterior, pois não era realizado concurso para a área-meio do MAPA a mais de vinte anos. No concurso realizado em 2010, as vagas destinadas, o foram para substituir funcionários terceirizados, situação que não ocorre nesta Superintendência, motivo pelo qual não foram disponibilizadas vagas.

Na SFA-AC, verifica-se uma necessidade extraordinária de servidores administrativos, área meio, como também se verifica grande insatisfação e desmotivação, haja vista que as carreiras ditas de “apoio” não tem recebido tratamento igualitário em relação a reajustes, organização e valorização de carreiras. Além disto, registre-se que a média de idade dos servidores administrativos do MAPA é alta e, grande parte dos mesmos, se aposentará em poucos anos.

Além disto, nota-se no Poder Executivo uma diferenciação de tratamento aos seus servidores, se comparado aos demais, dentre os quais podemos citar: vale-alimentação, diárias e gratificações de função com valores muito abaixo das oferecidas aos servidores dos demais poderes. Roga-se que esta situação seja tratada de forma ao seu equacionamento, com isonomia entre os poderes.

Conseqüência da falta de concursos para a área-meio, a SFA-AC conta hoje com praticamente 01 (um) servidor lotado para cada setor, realidade que não é comum apenas a esta Superintendência, mas à maioria das demais e a todo o Poder Executivo, dificultando o cumprimento de metas e para o cumprimento de nossa missão institucional. Existe uma grande necessidade de ampliação da força de trabalho nesta área.

Urge a realização de concurso público de nível superior e médio para as áreas de Administração, Recursos Humanos, Financeira e Logística, com uma remuneração digna, condizente e isonômica com as carreiras de fiscalização do MAPA.

Item 6 da Parte “A” do Anexo II da DN TCU N° 108/2010

Convênios SDC/MAPA assinados e vigentes no Estado do Acre em 2011

Número do convênio	Objeto	Valores firmados	Início da vigência	Término da vigência	Situação
741204/2010	Aquisição de insumos agrícolas e combustível para atendimento de 1200 Pequenos Agricultores no Município de Porto Acre.	Global 614.100,00 Repasse 600.000,00 Contrapartida 14.100,00	12/11/2010	12/11/2012	Situação de contratação Normal Situação Em execução *
738561/2010	Projeto de Aquisição de Mudanças e Insumos (Plácido de Castro)	Global 140.500,00 Repasse 136.500,00 Contrapartida 4.000,00	20/12/2010	20/10/2011	Normal Aguardando Prestação de Contas **

Observação: As informações citadas nesta tabela foram obtidas no Portal de Convênios (SICONV) em 18/01/2012.

Apesar dos convênios acima terem as informações de situação em execução* e situação aguardando prestação de contas**, ambos ainda não foram executados devido à não liberação de recurso.

Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências.

A atualização das informações do Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA), no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de parceria – SICONV, é feita pelo Gestor desse programa que é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, em Brasília, enquanto que a atualização das informações sobre os contratos de repasse celebrados é realizada pela Caixa Econômica Federal, por força de Contrato de Prestação de Serviços que tem por objetivo a operacionalização e acompanhamento de projetos agropecuários, com recursos consignados no Orçamento Geral da União.

Com relação ao perfil de acesso ao SICONV concedido aos servidores do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário/SFA-AC, este é limitado à consulta e emissão de parecer nas propostas de contratos de repasse.

ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.

DECLARAÇÃO

Eu, Senilda Pereira Lima da Silva, CPF: 339328752-49, (SIASG) Etimildo Lopes de Oliveira CPF: 095923852-20 (SICONV), exercido na, SFA-AC, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio Branco-AC, 26 de Março de 2012.

Senilda Pereira Lima da Silva(SIASG), CPF: 339328752-49

Etimildo Lopes de Oliveira (SICONV), CPF: 095923852-20

(Datilógrafo/SFA-AC)

ITEM 8 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	02		2011
	Entregaram a DBR	02		2011
	Não cumpriram a obrigação	0		-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0		-
	Entregaram a DBR	0		-
	Não cumpriram a obrigação	0		-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	025		2011
	Entregaram a DBR	025		2011
	Não cumpriram a obrigação	0		-

Fonte:

9. ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

A.9.1. Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
9.1.1. Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		

2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	X				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
9.1.2. Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	x				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	x				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.	x				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	x				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
9.1.3. Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	x				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	x				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo	x				

apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	x				
9.1.4. Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			x		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	x				
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	x				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	x				
9.1.5. Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	x				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A..10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos					

atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	x				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				

LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Item 11 da Parte “A” do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

11.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF Acre	3	3
	Rio Branco	1	1
	Epitaciolândia	1	1
	Assis Brasil	1	1
Total (Brasil)		3	3

Fonte: SAG/SFA-AC.

11.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
Subtotal Brasil		Σ	Σ

- Não há imóveis locados de terceiros pela UJ..

Fonte: SAG/SFA-AC.

11.3. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130088	0139.00189.500-3	Em regularização-entrega	Bom	17.440.195,00	21.08.2008	-	-	-
Total							Σ	Σ

Fonte: Seção de Atividades Gerais/SAG/SFA-AC.

Análise crítica sobre a gestão de imobilizados:

O imóvel localizado em Rio Branco está dividido em blocos onde funcionam O Gabinete do Superintendente e Área Administrativa, a Divisão Técnica, o Auditório, a Garagem e o Laboratório, todos encontram-se em bom estado de conservação, necessitando apenas de manutenção na pintura interna e externa e algumas adaptações. O imóvel que funciona o Biotério encontra-se com rachaduras necessitando de manutenção física e pintura interna e externa; O imóvel localizado em Epitaciolândia está precisando de reforma total e o imóvel localizado no município de Assis Brasil encontra-se em bom estado de conservação.

A Superintendência Federal de Agricultura no Acre vem sofrendo ajustes no Plano Operativo Anual, e, as reduções financeiras são significativas, principalmente para investimentos.

Item 12 Da Parte “A” do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010

A.12.1. Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
12.2. Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	1				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	1				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	1				
12.3. Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos 1 terceirizado				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	1				
12.4. Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
12.5. Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	x				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	x				
12.6. Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	x				

13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

ITEM 13 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130088	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Geraldo de Melo Moura	00156256215	2350,00	940,00	1051,07	1991,07
Márcia Martins Lopes	08104390775	9100,00	900,00	8126,87	9026,87
Antonia Erenice Pinheiro	09603905291	13500,00	300,00	12211,97	12511,97
Alexandre Maximimiano	75793920625	800,00	280,00	374,00	654,00
Total utilizado pela UG			2420,00	21763,91	24183,91
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte:

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	04	2420,00	04	21763,91	24183,91
2010		0		25.051,97	25.051,97
2009		0		10.161,00	10.161,00

Fonte: SEOF/SFA-AC

ITEM 15 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.

A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ACRE – SFA-AC	002798

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC-000.184/2010-1 (MONITORAMENTO)	151/2011 – TCU – PLENÁRIO		DETERMINAÇÃO	OFÍCIO Nº 144/2011- TCU/SECEX-AC
002	TC-028.948/2010-6 (REPRESENTAÇÃO)	2964/2011 – TCU – 2ª Câmara	1.4.1.1. 1.4.1.2. 1.4.1.3.	ARQUIVAMENTO	OFÍCIO Nº 570/2011- TCU/SECEX-AC
003	TC-016562/2011-9 (PENSÃO CIVIL)	7232/2011 – TCU – 1ª Câmara	-	REGISTRO	CONTROLE Nº 36540-TCU/Sefip
004	TC-002913/2011-9 (APOSENTADORIA)	8423/2011 – TCU – 1ª Câmara	-	DETERMINAÇÃO	Mem 231/2011/AECI/GM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ACRE – SFA-AC					002798
Descrição da Deliberação:					
ACÓRDÃO 151/2011 - Plenário:					
<p>1.4.1.1. – adote o Laudo de Avaliação Ambiental elaborado pela Universidade de Pernambuco, mencionado no Ofício nº 745/2010/SFA-AC/MAPA, de 16/10/2010, como critério para concessão e pagamentos de adicionais de insalubridade no âmbito da unidade jurisdicionada, até que seja realizada nova avaliação periódica em decorrência do controle permanente das atividades em locais insalubres, de que trata o artigo 69 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;</p> <p>1.4.1.2. – encaminhe à Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, no prazo de 15 (quinze) dias, o Laudo de Avaliação Ambiental elaborado pela Universidade de Pernambuco, aludido no Ofício nº 745/2010/SFA-AC/MAPA, de 16/10/2010, com solicitação de avaliação de conformidade à legislação que regula a concessão de adicionais de insalubridade, bem como os elementos legalmente requeridos para a concessão dos adicionais aos servidores lotados no órgão;</p> <p>1.4.1.3. – informe a este Tribunal, no Prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, as providências adotadas e os resultados obtidos.</p>					
ACÓRDÃO 2964/2011 – 2ª Câmara:					
- Os Ministros acordaram pelo arquivamento da Representação.					
ACÓRDÃO 7232/2011 – TCU – 1ª Câmara:					
- Os Ministros acordaram pela legalidade, os atos de interesse de servidores (pensionistas) da SFA-AC.					
ACÓRDÃO 8423/2011 – TCU - 1ª Câmara:					
9.4. – determinar à Unidade Jurisdicionada que adote medidas para:					
9.4.1. – dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada					

cujo ato foi considerado ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. – fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. – enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada relacionada no item (sic) 9.2 teve conhecimento do Acórdão;

9.4.4. – encaminhar ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, novo ato de aposentadoria, via sistema Sisac, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas no formulário de concessão de aposentadoria de interesse de João da Mata Silva.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ACRE – SFA-AC	002798

Síntese da providência adotada:

ACÓRDÃO 151/2011 - Plenário:

1.4.1.1. – emissão de Portarias de Concessão de adicionais de insalubridade, tomando por base o Laudo Ambiental da Universidade de Pernambuco;

1.4.1.2. – encaminhamento do Laudo Ambiental à SIT/MTe, por meio do Ofício nº 090/2011/SFA-AC/MAPA;

1.4.1.3. – envio do Ofício nº 0148/2011/SFA-AC/MAPA AO Secretário da SECEX-AC/TCU, dando conta do cumprimento, por parte da SFA-AC, de todas as determinações emanadas do Acórdão nº 151/2011 – Plenário.

ACÓRDÃO 2964/2011 – 2ª Câmara:

- Nada a declarar

ACÓRDÃO 7232/2011 – TCU – 1ª Câmara:

- Nada a declarar

ACÓRDÃO 8423/2011 – TCU - 1ª Câmara:

9.4.1. – notificação expedida à servidora interessada, com recebimento em 11.10.2011;

9.4.4. – notificação ao servidor interessado, com recebimento em 11.10.2011, para que providencie a correção dos dados junto à Secretaria da Receita Federal;

Síntese dos resultados obtidos

ACÓRDÃO 151/2011 - Plenário:

1.4.1.1. – os servidores atingidos pela medida passaram a perceber adicionais com base no laudo determinado pelo TCU;

1.4.1.2. – resposta do DSST/SIT/MTe por meio da Nota Técnica nº 86/2011, informando e afirmando que não é de competência daquele órgão avaliar o Laudo Ambiental e sugerindo que a demanda seja encaminhada ao MPOG;

1.4.1.3. – informe sobre o cumprimento das determinações.

ACÓRDÃO 2964/2011 – 2ª Câmara:

- Nada a declarar
ACÓRDÃO 7232/2011 – TCU – 1ª Câmara:
- nada a declarar
ACÓRDÃO 8423/2011 – TCU - 1ª Câmara:
9.4.1. – a servidora foi notificada;
9.4.2. – a determinação não foi atendida devido ao fato da servidora ter impetrado Mandado de Segurança, objetivando manter a incorporação da sentença judicial. O TCU foi informado e o processo está na SFA-AC aguardando decisão do mérito;
9.4.3. – encaminhado à Sefip/TCU o Ofício nº 0599/2011/SFA-AC/MAPA informando sobre as providências adotadas;
9.4.4. – o servidor foi notificado e providenciou a correção de seus dados na SRF; a Seção de Gestão de Pessoas da SFA-AC encaminhou novo ato de aposentadoria, via Sisac, com as devidas correções conforme determinação.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
- Nada a declarar.

A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Não há pendências.

A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ACRE – SFA-AC			002798
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	201110073	NÃO HOUVE RECOMENDAÇÕES	RELATÓRIO DE AUDITORIA
002	201112206	1.1.1.1.; 1.1.1.2.; 1.2.1.1.; 1.2.1.2.; 1.2.1.3.; 1.2.1.4.; 1.2.1.5.; 1.2.1.6.; 1.2.1.7.; 1.2.1.8.; 1.2.1.9.; 1.2.1.10..	RELATÓRIO DE AUDITORIA
003	201118449	1.1.4.2	RELATÓRIO DE AUDITORIA
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Descrição da Recomendação:

RELATÓRIO Nº 201110073:

- não foram feitas recomendações.

RELATÓRIO 201112206:

- 1.1.1.1.**– Quando da realização de processo licitatório para execução de obras, atentar para o disposto no art. 40, § 2º, I, combinado com o art. 7º, § 2º, elaborando a provando previamente o projeto básico e fazendo-o constituir um dos anexos do processo licitatório;
- 1.1.1.2.**– **001** – Quando da elaboração de projeto básico para execução de obras, atentar para a execução do cronograma físico-financeiro; **002** – Quando da realização de processo licitatório para execução de obra, elaborar projeto básico com as devidas formalizações e aprovações nos órgãos competentes antes do iniciado o certame; **003** – Detalhar, nos orçamentos elaborados para fins de formalização de projeto básico, os encargos sociais e BDI, fazendo constar, tanto no orçamento apresentado como nas propostas apresentadas pelos licitantes, a composição de custos dos mesmos.
- 1.2.1.1.**– Fazer constar dos editais de licitação as exigências previstas no art. 28 da Lei nº 8.666/93 relacionadas à habilitação jurídica;
- 1.2.1.2.**– Quando da realização de processo licitatório para contratos de duração continuada, como é o caso de obras, fixar critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou taxas de variação com relação a preços de referência, conforme art. 40, X, da lei nº 8.666/93; Atentar para as disposições normativas relacionadas à fixação de pagamentos, buscando incluir nos editais de licitações todas as cláusulas previstas;
- 1.2.1.3.**– Atentar para as disposições normativas relacionadas à fixação de pagamento, buscando incluir nos editais de licitação todas as cláusulas previstas
- 1.2.1.4.001** – Quando da formalização de termos de contrato, atentar para a inclusão de cláusulas necessárias, previstas na Lei de licitações; **002** – Alterar a vigência inicialmente prevista nos contratos somente por meio de termo aditivo, evitando realizar alterações a caneta diretamente no termo do contrato; **003** – Providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, em espaço destinado à Unidade;
- 1.2.1.5.**– **001** – Quando da celebração de contratos, fazer constar do processo: - comprovação do acompanhamento e da execução contratual por parte do representante da administração especialmente designado, conforme previsão do art. 67 da Lei nº 8.666/93; - comprovação de recolhimento, por parte da contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme previsto no art. 71, § 2º da Lei nº 8.666/93 e Enunciado 331 – TST; - comprovação de que o objeto tenha sido recebido provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação do contratado, ocorrida em 31/08/2009, conforme previsto no art. 73, I, “a” c/c art. 74, III da Lei nº 8666/93; comprovação de que o objeto tenha sido recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, como estabelece o art. 73, I, “b” da Lei nº 8.666/93; - planilhas de medição contendo os percentuais executados, para fins de pagamento das parcelas previstas; **002** – Atentar para a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial em espaço destinado à Unidade; **003** – Quando da celebração de termos aditivos detalhar com precisão os serviços a serem executados e os resultados esperados, para que se possa justificar o recursos

adicional (sic) aplicado.

1.2.1.6.– Quando da elaboração de projetos básicos atentar para o correto dimensionamento de materiais e serviços a serem utilizados na obra, visando evitar que, posteriormente, se verifique a necessidade de empregar quantidade adicional dos mesmos materiais e serviços;

1.2.1.7.– Quanto ao contrato nº 007/2010, detalhar de maneira minuciosa a natureza dos serviços realizados adicionalmente pela contratada, no valor de R\$ 99.740,97, bem como os motivos que determinaram a sua execução e a não previsão no projeto inicial;

1.2.1.8.– Providenciar junto á contratada a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, se for o caso, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato nº 03/2009, pelos defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme previsto na letra do art. 69 da Lei nº 8.666/93.

1.2.1.9.– Providenciar o quanto antes o recebimento definitivo da obra, conforme estabelece o art. 73, I, “b”, da Lei nº 8.666/93.

1.2.1.10. – Comunicar o problema surgido na estrutura construída à empresa contratada para a execução dos serviços e solicitar os serviços necessários para regularizar o objeto contratado conforme as especificações, com base na cláusula de responsabilidade contida no contrato nº 007/2010 e no artigo 69 da lei nº 8.666/93.

RELATÓRIO Nº 201118449:

1.1.4.2. – Doravante, quando da realização de procedimentos licitatórios, sejam ou não relacionados ao FOCEM, cumprir o princípio da publicidade, fazendo publicar nos meios oficiais o edital resumido e o resultado do certame, assim como o extrato dos contratos advindos das licitações

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo – SAD/SFA-AC	002798

Síntese da providência adotada:

RELATÓRIO 201112206:

1.2.1.8 e 1.2.1.10 – encaminhado Ofícios às empresas contratadas solicitando que providenciem os reparos e correções

Nas falhas apontadas pela equipe de auditoria;

1.1.1.1, 1.1.1.2, 1.2.1.1 a 1.2.1.6 – as recomendações quanto às cláusulas editalícias e de contratos são adotadas pela SFA-AC;

1.2.1.7 – o detalhamento dos serviços realizados adicionalmente pela empresa contratada foi apresentado em planilha específica, bem como os motivos para o seu pagamento;

1.2.1.9. – o recebimento definitivo será providenciado tão logo as empresas efetuem as correções solicitadas nos itens 1.2.1.8 e 1.2.1.10.

RELATÓRIO Nº 201118449:

1.1.4.1. – as exigências legais são observadas e adotadas pela SFA-AC.

Síntese dos resultados obtidos

RELATÓRIO 201112206:

1.2.1.8 e 1.2.1.10. – as empresas solicitaram prazo para a realização dos serviços.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Nada a declarar.

ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/AC			130088
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2011
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

Rio Branco-AC, 28 de março de 2012.

ANTONIO CESAR LAZZARE

Superintendente da SFA/AC.

Portaria 130 de 01/03/2012.